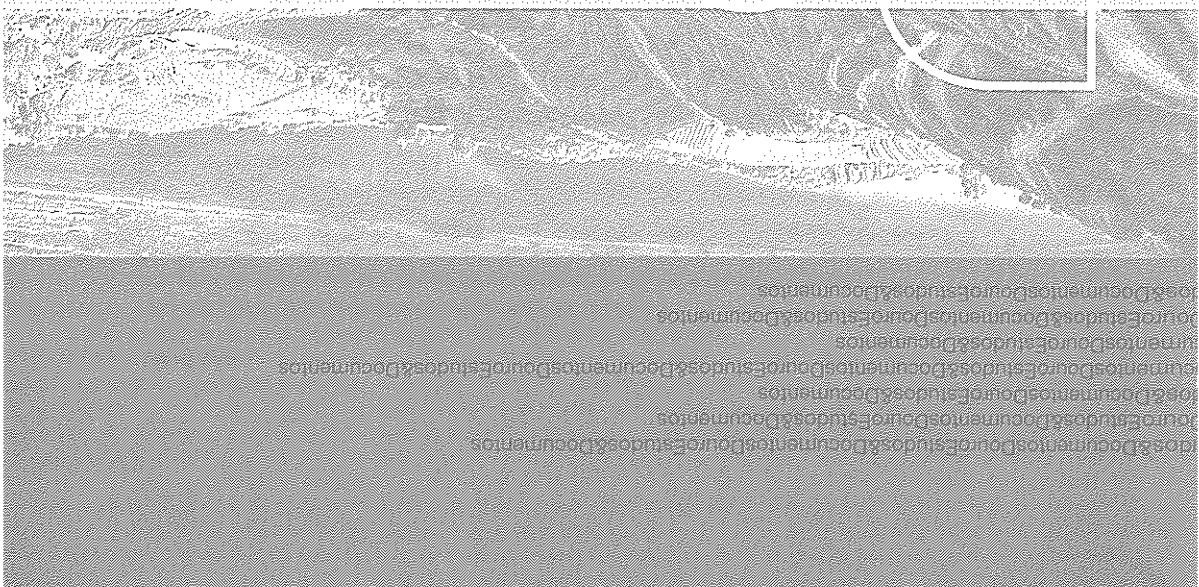


Instituto dos Vinhos do Douro e Porto
Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Estudos Documentos



DIRECÇÃO
Jorge Monteiro (Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto)
José Marques dos Santos (Reitor da Universidade do Porto)
Armando Mascarenhas Ferreira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)



Estudos Documentos **21** • Publicação bianual • Ano 12 • 2006 • Nº 21

DIRECTOR
Francisco Ribeiro da Silva

CONSELHO CIENTÍFICO

António Manuel de Barros Cardoso (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador-Científico do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Durense e do Vinho do Porto)
Aurelio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Gaspar Manuel Martins Pereira (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Henrique Gomes de Araújo (Antropologia/Universidade Católica Portuguesa)
Lúcia Maria Cardoso Rosas (História da Arte Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Marta Antónia Cruz (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Marta Eunice da Costa Salavessa (Departamento de Engenharias/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

SECRETARIADO

Silvia Trilho

PROPRIEDADE

Instituto dos Vinhos do Douro e Porto • Universidade do Porto • Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Durense e do Vinho do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panoramica s/n
4150-564 PORTO – PORTUGAL
Telefone 226077199 • Fax 226077156
E-mail: gehvid@letras.up.pt • www.letras.up.pt/gehvid

Capa / arranjo gráfico: sersilto

Impressão e acabamentos: sersilto empresa gráfica, lda

Assinatura anual (2 números)

Instituições: 20 €; Individuais: 17,5 €

Preço deste número: 15 €

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

Fotografia da Capa: Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

*Proibida a reprodução total ou parcial
do design gráfico desta obra sem autorização da Sersilto*

9 Editorial
Francisco Ribeiro da Silva

Artigos

13 Douro: Quadro de Suor, Sinfonia Humana, Ópera da Natureza
António José Borges

23 Registo e interpretação da Capela da Misericórdia de Murça
Maria Eunice da Costa Salavess

45 Das antigas barcas de passagem no Douro Ibérico
Carlos d'Abreu

77 Da «missão de Alifó» ao motim de Lamego:
repercussões do tratado luso-britânico de 1914 no sector do vinho do Porto
Carla Sequeira

89 Os interesses da aguardente
Fernando Peixoto

107 Produtos alimentares da Beira Douro no século XVI:
persistências e abandonos gastronómicos da região
J. A. Gonçalves Guimarães

- 131 Apêçu sur la mise en place des appellations viticoles
d'origine en Bordelais. Michel Réjalot
- 155 As áreas vinhateiras nacionais. As demarcações naturais e as demarcações administrativas.
(1500-1756) Aurélio de Oliveira
- 175 Un vino inglese nel cuore del Mediterraneo:
origini e caratteristiche del Marsala Rosario Lentini
- 183 O vinho nas relações comerciais do Porto com o Brasil (séc. XVI a XVIII)
Antônio Barros Cardoso
- 193 El vino de Oporto en el cine. Apuntes para una historia
del vino de Oporto en el cine de ficción y sus vínculos literarios José Luis Jiménez García
- 209 *A Villa do Castellum* da Fonte do Milho. Uma antepassada das actuais quintas do Douro
Carlos A. Brochado de Almeida
- 229 Registo arqueológico de um espaço medieval duricense
Vila Velha de Numão. Isabel Alexandra Lopes • Heloísa Valente dos Santos
• Paula Barreira Abranches
- 241 Da Gesta e da Honra: notas de História Social nas Inquisições à Terra da Maia
Gongalo Maia Marques

História oral

Testemunho da memória oral 259
Antônio Barros Cardoso

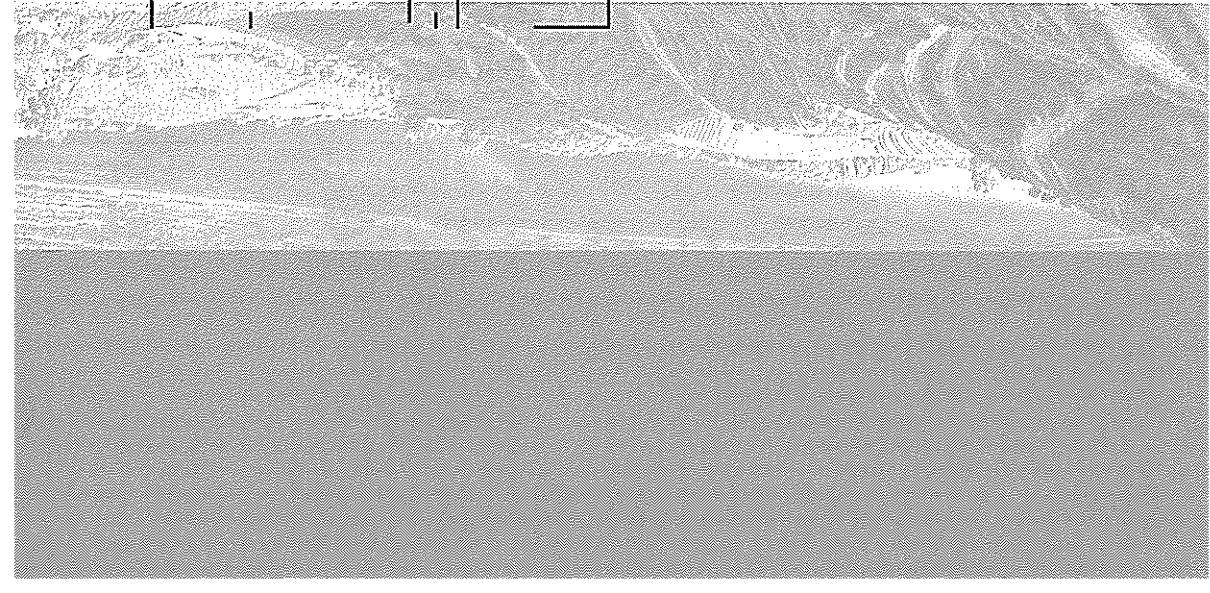
Entrevista a um ex-marinheiro do Rio Douro 261
Sandra Cardoso

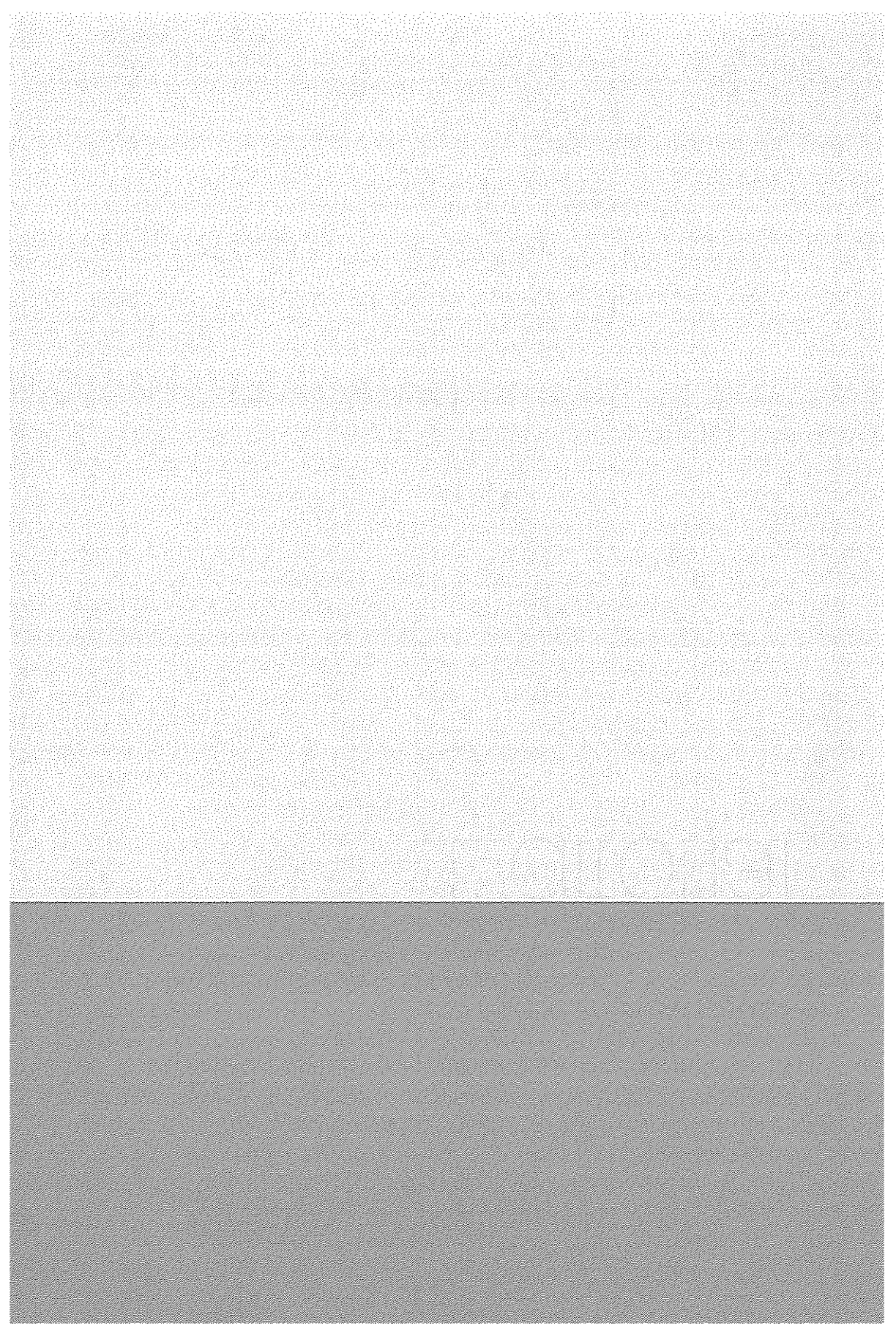
Entrevista a João Pereira Guimarães 271
Acélia Maria dos Santos Gonçalves

Entrevista a Paulo Barreto 281
Acélia Maria dos Santos Gonçalves

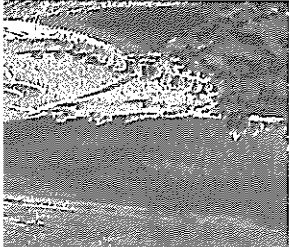
Notícias 293

Editorial





Editorial



Esta Revista, que entra agora no seu 21º número, nasceu associada ao projecto do GEHVID e, tal como o projecto, carrega alegremente o Douro no seu título. Naturalmente o Douro e o Porto, associados ao vinho, foram o seu espaço geográfico e temático de eleição e de opção. Do mesmo modo, pretendeu-se que os investigadores do GEHVID encontrassem nas suas páginas o acolhimento prioritário que os resultados da sua pesquisa iam merecendo.

Mas como a Revista se desejou desde início interdisciplinar, interuniversitária e internacional, muito cedo as suas páginas se abriram a investigadores de outros países e de outras línguas. E nas suas páginas foram publicados trabalhos sobre outras regiões de dentro e de fora do país, embora com a preocupação de que a temática do vinho constituísse sempre o denominador comum.

Os grupos humanos de qualquer natureza não podem ser estáticos, sob pena de estiolarem e morrerem. O movimento, a mudança, a inovação no interior dos grupos e animados por pessoas, são condições incontornáveis para a sua sobrevivência. O mesmo se pode dizer dos grupos de investigação. Podem ser muito ou pouco numerosos, mas as possibilidades de afirmação e de produção de resultados visíveis e benéficos, têm mais a ver com o empenhamento pessoal dos seus membros, com a sua capacidade de inovação e de renovação e de interacção no interior das equipas do que com o número mais ou menos avantajado de elementos.

Embora ao fim destes treze anos se possa afirmar que boa parte dos objectivos que o GEHVID se propôs esteja alcançada, não se segue daí que se tenha esgotado a investigação sobre o Douro, sobre a história dos seus vinhos, sobre as suas gen-

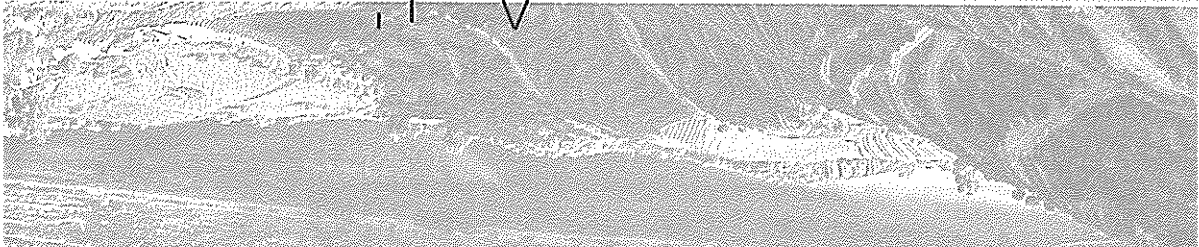
tes, sobre a sua complementaridade com o Porto e o vinho generoso que leva o seu nome. Longe disso. Essas matérias serão sempre inesgotáveis. E hoje em dia as questões ligadas ao enoturismo, às rotas dos vinhos, à paisagem, ao património constituem desafios interessantes que o GEHVID não pode nem quer deixar de lado. Todavia, sabendo nós que o Douro não esgota o país vinícola que é Portugal e que, dentro do espaço nacional outros grandes vinhos, quer pela sua história quer pela sua pujança no presente, merecem a atenção dos historiadores, o grupo resolveu alargar o seu espaço de investigação e para tal criou uma associação de âmbito nacional a que se chamou Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho. Aliás, essa vontade e esse propósito de alargamento já desde há tempos vinham sendo propostos e até defendidos nas páginas desta Revista. Não se trata de dissolver o GEHVID nem de abandonar ou secundarizar o estudo do Douro e os seus vinhos. A matriz original e os protocolos celebrados têm que se manter e, se possível reforçar, tendo essa intenção aparecido bem visível no acróimo que designará a nova Associação: AHPVIN/GEHVID.

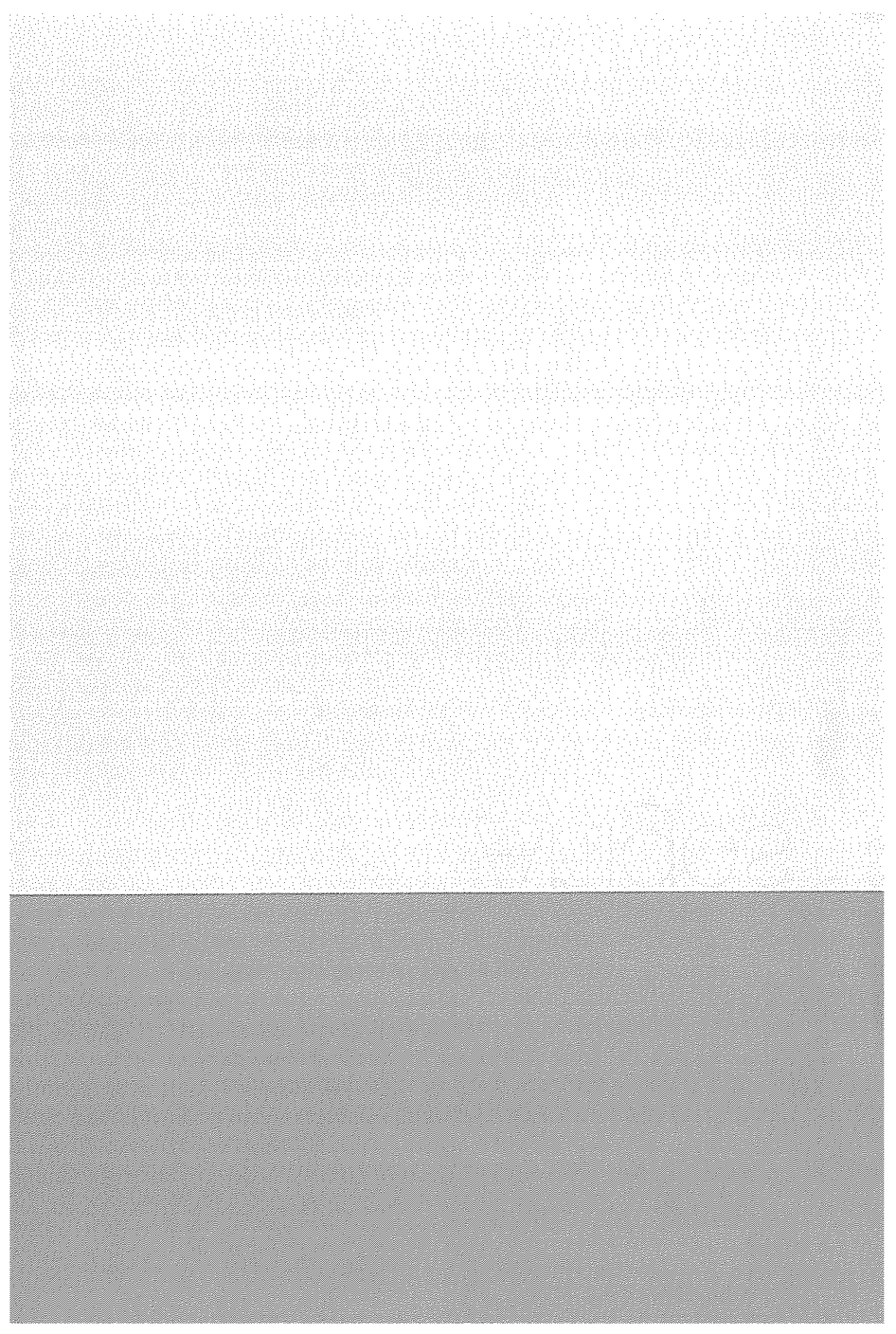
Os objectivos científicos da Associação ficam bem claros nos Estatutos aprovados: «promover a investigação e a divulgação de todas as temáticas directa e indirectamente relacionadas com a história da vinha e do vinho, em especial na sociedade portuguesa».

De entre as acções que a AHPVIN/GEHVID se propõe, releva-se aqui o propósito da realização de projectos de investigação nos domínios da história e da arqueologia, mas também do património, da antropologia e de outras ciências sociais, envolvendo as regiões vitícolas nacionais, na perspectiva de produzir estudos comparativos, sem excluir as regiões vitícolas de outros países.

Para-nos de sublinhar também a vontade expressa nos estatutos de colaborar com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, na realização de eventos e na prestação de serviços, a que, aliás, já se deu início com resultados satisfatórios. De resto, a intenção estatutária de celebração de protocolos com entidades públicas e privadas, desde Câmaras Municipais a Empresas Privadas de produção e comércio, traduz bem os amplos horizontes que movem e animam os fundadores. É vontade dos que a iniciaram congregar na Associação todos os estudiosos que se interessam por estas questões. As adesões espontâneas de investigadores nacionais e estrangeiros configuram desde já um sinal favorável e constituem um bom incentivo. Mas não estaremos satisfeitos enquanto não estiverem representadas na Associação as diversas regiões vitícolas do País.

Antigos





Miguel Torga sempre pensou que o povo é quem faz o mundo. Ora, foi o povo quem fez Portugal. E o Douro é um claro exemplo da importância e da força do povo. Ainda há pingos de suor, talvez lágrimas de sacrifício a salgar as terras aparradas e tornadas deslumbramento pela mão humana. Quando olhamos com atenção os socialcos, identificamos a luta do homem contra a montanha na construção dos imensos vinhedos espelhados no rio.

Diz-se que as legiões romanas combatiam embriagadas, para que a coragem e a ferocidade fossem agudizadas. O homo durense trabalhava, acreditou, com persistência e com dedicação e com a natureza embriagado.

1

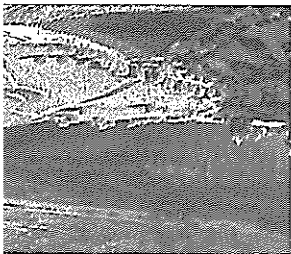
O Douro dá-me força. Sem dúvida.

Assim que me foi dirigido o convite para discorrer sobre o tema *Douro – a terra e o homem*, praticamente nenhum pensamento de hesitação cruzou as sinapses do meu cérebro e logo não pude recusar falar do meu Douro, do que sinto na alma e na pele desde que tomei consciência das suas belas forças, rudeza e divindade.

É certo que gostaria de fazer um voo rasante pela pele do Douro – pele que é a terra e a própria pele da gente que a moldou com o seu esforço e o seu sacrifício suado. Pele que ainda agora sua, mas na incerteza que sente.

António José Borges
joseborges@portugalmail.pt

Douro: Quadro de Suor, Sinfonia Humana, Ópera da Natureza!



O Douro é mão divina e mão do homem. O Douro é um quadro de suor, de boi-nas molhadas pelo orvalho e de camisas sujas de mosto, é uma longa aventura que, pelo seu passado e seu presente, nos lembra a *Ilíada*, a *Odisseia* ou até os *Lusitadas*; é uma sinfonia com andamentos vários, desde a fixação ao empreendimento, passando pelo sofrimento até ao abandono que pode ser a desertificação; é uma ópera cuja orquestra vai definhando na sua vontade de permanecer, e assim vai abandonando a sua prima-dona e a composição musical neste mundo hodierno. Em *Porto Manso*, de Alves Redol, deparei com a seguinte passagem, onde sobressai o esforço dos homens, carregados de cestos de uvas, e que me motivou, sob um determinado ponto de vista, apelidar o Douro como sendo uma ópera da natureza:

Numa dolorosa penitência, que só o misticismo de ganhar o pão pode tornar risonha, devassam os socialcos das montanhas, arrastando farrapos e cantando odes de alegria. (...)
É os homens que levam os cestos vindimos ao lagar, numa longa fila serpenteante, apoiados nos sacos como a bordões de vagabundos, (...) enquanto um apito lhes marca o ritmo da marcha e a soalheira ferve nos corpos esvaídos de fadiga.²

Em suma, e usando das palavras de Manuel Silva Marques, "*O Homo Duriensis é único a saber lutar, cavar, suor...*"³. Digo que o suor: mostra a sua luta; o cavar: a composição de uma sinfonia; e assim é co-autor de uma ópera da natureza. Não sem que das suas fontes escorram esses suores de todos os desesperos quando «moirreja». Pois «moirrejar» é trabalhar. E não imagina certamente, o turista que assiste à pisa das uvas, o trabalho duro que a antecedeu.

Quando o Douro, a terra e o homem são temas de conversa, nunca é de mais repetir que o homem transformou o Douro. Por sua vez, o Douro, a paisagem, a economia, o ritmo imposto, o isolamento da região, tudo isto marcou o homem duriense. A natureza foi e é uma amiga e uma ameaça.

Há uma conta que ouvi fazer e que considero digna de ser aqui registada: a de que para ser alcançado o objectivo de 1.000 pipas de vinho era necessário haver 100 homens, 60 mulheres e 12 rapazes a trabalhar durante 12 dias. Onde, o Douro foi, outrora, uma camisa-de-forças para o cavador, para o vindimador que era

² REDOL, Alves, *Porto Manso*, 3ª edição, Publicações Europa-América, 1979, p. 179.
³ MARQUES, Manuel Silva, *Perfil Socio-Cultural do Homo Duriensis*, Trofa, Gráfica da Trofa, 2006, p. 34.

explorado ingloriamente. A sua glória maior era o encantamento que a sua vista à volta podia mastigar com raios de visão. Assim se compreende que os durinenses de antanho sejam um legado do *Cromagnon*, a versão do *Neanderthal* que aqui quis fugir à extinção e acabou deixando-nos a arte rupestre que constitui os resquícios da sua presença.

2

Este não é só um discurso laudatório. Ponhamos os elogios de parte por alguns instantes. O Douro de hoje vai da paixão à preocupação. Porém, importa agora um outro espírito, o do presente, e até o dos desejos antecipados do futuro. Em jeito de alegoria, façamos do Douro uma criança que tendo saído do berço, e muito bem, a ele retorna para retomar e refazer alguns caminhos que erradamente traçou. Há problemas do presente que têm de chegar aos ouvidos dos jovens. E são esses, os jovens, os vivos de agora e do futuro próximo, que terão de os resolver no futuro a médio prazo.

António Barreto, em *Douro* e na recém publicada antologia *Palavras que o Douro tece*, escreveu que "O Douro é vinho. Vinho e vinha. Pode ser rio, pode ser terra. Região ou vila. Mas é, sobretudo, vinho"⁴. De facto, na paisagem vemos o vinho, no vinho vemos a paisagem.

O Douro tradicional não deve nunca morrer. Todos os países civilizados souberam aliar à modernidade, e agora à pós-modernidade, a força da sua tradição. Gaspar Martins Pereira, num exercício de preclara lucidez, diz estar convencido de que "o Douro tradicional terminará no espaço de uma geração"⁵. A acontecer, será uma pena. Pois gostaria que os meus futuros filhos sentissem o cheiro, a cor e os sons desse Douro tradicional e, acima de tudo, que compreendessem a importância do suor que está marcado nos socacos, enfiado, toda a marca humana que em silêncio, em pedra, porventura em garças metamorfosadas, ecoa no vale de «durius». Só assim se pode viajar no tempo. O meu lamento poderá mesmo ir ao ponto de usar das palavras de Miguel Torga, quando no seu *Diário XIII* escreveu, a este pro-

⁴ BARRETO, António, *Douro, in Palavras que o Douro Tece*, (Organização de José Braga-Amaral), Peso da Régua, Garça Editores, 2006, p. 31.
⁵ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins, *Pedras tocadas pelo tempo, in palavras que o Douro tece*, (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Op. Cit.

pósito, "o que mais me entristece é não poder deixar em testamento os olhos à filha"⁶.

Neste mundo plano, global, o Douro não pode ter medo de existir. Tem de ser uma voz audível na sinfonia geral. O Douro não pode ser só dos durenses. Ilustrando o predito, surge oportunamente uma passagem da obra *Viagem a Portugal*, onde o seu autor, um não-duricense, José Saramago, de passagem por este "reino das garças"⁷ (no dizer de A. M. Pires Cabral) escreve:

*O mundo não está bem organizado. Já não é só a complicada história do que falta a uns e sobeja a outros, e, para este caso de agora, o grave delito de não se trazer a esta estrada todos os portugueses de quem e além, para nos seus olhos ficasse a formidável impressão destas encostas cultivadas em socialcos, cobertas de vinhas de cima a baixo, a grafa dos muros de suporte que vão acompanhando o fluir do monte, e as cores, como há-de o viajante, em prosa de correr, dizer o que são estas cores, e o jardim do solar de Mateus alargado até ao horizonte distante, e a floresta junto do rio Tuela, e um quadro que ninguém poderá pintar, e uma sinfonia, uma ópera, e o inexprimível. Por isso mesmo querria ver nestas estradas um desfile ininterrupto de compatrôtas, sempre por aí abaixo até Peso da Régua, parando para dar uma ajuda aos vindimadores de monte acima, aceitando ou pedindo um cacho de uvas, cheirando o mosto dos lagares, metendo neles os braços e tirando-os tintos do sangue da terra. O viajante tem destes devaneios, e espero que lhes desculpem, porque são de fraternidade.*⁸

Ora, o Douro é também o de José Saramago. O Douro não pode ser só o seu passado vinhateiro e o seu presente turístico para os de fora. O Douro deve servir todos. Os de cá e os de lá. Pois que, neste mundo pós-moderno o Douro tem de ser algo mais. Conquanto se comece a notar um louvável esforço por parte dos políticos locais, tem de ser ainda mais cultura, mais massa crítica, tem de combater este estado de preocupante défice de intervenção cívica. Intervenção cá e lá fora. Pelo que, urge despertar as consciências dos mais incautos para os problemas com que a região se debate.

⁶ TORGA, Miguel, *Diano XI*, Coimbra, Edição do Autor, 1973, p. 49.

⁷ CABRAL, A. M. Pires, *Douro: Fizzicato e Chula*, Lisboa, Edições Cotovia, 2004, p. 42.

⁸ SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1981, p. 28.

Recorro frequentemente ao tema do Douro nas minhas aulas. Leio textos sobre o Douro e de autores durense aos meus alunos (sou mesmo a favor de que no currículo das escolas públicas de cada região deveria constar o estudo obrigatório, ou recomendado, de um autor dessa mesma região). Claramente, assim o tenho feito. Mas voltando aos alunos e aos jovens, ouço-os amíde reclamarem isto e aquilo, e digo-lhes para confiaremos nos autarcas, advertindo-os, no entanto, para o facto de que o seu imobilismo, do povo, também não ajuda em nada a região – na medida em que a voz do povo deve ser sempre ouvida.

Certo dia houve em que durante uma aula um marcador de livros com imagens do Douro, que eu trazia dentro de um livro, caiu ao chão. E lembrei-me de lhes dizer: “O Douro caiu ao chão. Eu levantei-o. Vocês podem também levantá-lo. Como?”. E assim se desenvolveu uma discussão livre sobre o presente e o futuro do Douro.

Como sou um homem nado e criado no Douro e como me confesso, onde quer que esteja e a quem quer que seja, um eterno apaixonado pelo Douro, foi aquela, portanto, uma oportunidade para mover algumas consciências durense.

Falo sempre de forma íntima e apaixonada e repito inúmeras vezes a palavra Douro, porque, sendo um filho da terra, sinto o seu pulsar em cada esquina dos seus contornos; porque na escala de valores que rege a minha vida o Douro constitui um dos pontos mais sensíveis; e porque quanto mais viajo pelo mundo (e muitas têm sido as viagens) melhor sinto a beleza desta região.

Sempre que recorro a minha infância, sinto que fui um privilegiado; e digo-o com a consciência de quem vivia numa casa de onde podia contemplar este rio, esta cobra líquida, como lhe chamo – rio este que é a linha mestra da região. Bastava-me assomar à janela e de lá podia ver, todos os dias, sem falta, a bacia hidrográfica da cidade do Peso da Régua. Olhava o rio, mas nem sempre reparava no que via à sua volta. Eram as desatenções características da idade da inocência. Porém, ainda recorro quando no verão o céu do pôr-do-sol assumia, não raras vezes, tons de laranja que surgiam um pouco acima do espelho de água que suscitava a futura aurora de um belo dia seguinte. O que me faz pensar em Eugénio de Andrade, que já partiu na sua outra jornada e que nos deixou em verdadeira poesia os versos: “Cada bago de uva / sabe de cor / cada dia de verão”;

Nesta terra do suor, moldada por galegos trabalhadores e trabalhadores galegos, e outros, as uvas nascem da pedra. E, no dizer de José Braga-Amaral, "a vindima é o parto das uvas";

Dos grandes lagares durhenses, das quintas que são a arquitectura da região, escorre o mosto pelos montes abaixo. E duas palavras definem o perfil do turista no Douro: repouso e cultura. (Recorde-se que a vindima é um acto cultural).

Com efeito, seguindo o fio de ideias tecido pelo telúrico Miguel Torga, a paisagem durhense é a prova da importância do homem na natureza. Jamais me cansarei de o dizer: os holandeses subtrairam terra ao mar, os durhenses desbravaram o xisto e criaram vinhas onde havia pedra; e assim nasceu aquela que Alves Redol designa como "a terra do sol engarrafado";

Braga-Amaral disse um dia, roçando a poesia, que "um copo de vinho do Douro não é o mesmo depois de termos sentido o cheiro da terra, o coaxar das rãs à noite, o voar das garças a rasar o nosso nariz, enfim, onde quer que seja bebido jamais o sabor será o mesmo";

Os navegadores durhenses de antanho foram bravos conquistadores do curso de um rio que apelava, em cada cachão, à vontade destemida do *arrais* que conduzia o Rabelo – e assim a arte do vinho chegava a um porto de onde saía para conquistar o mundo. Nele levava um vinho doce como o açúcar do Brasil, rico e saboroso como as especiarias das Índias; um vinho que se sente como uma chama líquida no estômago, mas que não queima como a pólvora de um canhão.

Ao lustrano, ao romano, ao árabe que cada durhense tem dentro de si, se junta o durhense perseverante e se torne mais empreendedor.

O durhense tem também de se sentir livre por dentro: livre de um sentimento de isolamento, da opressão de Lisboa e de alguns grupos económicos e, principalmente, livre da humilhação que certos padrões lhe impõem.

A ópera durhense tem de continuar. Em tempos, houve emigração. E aquela vontade de partir, a vontade «do nós por lá» está a voltar. Como se já não bastasse a fuga para o litoral português, agora enfrentamos a fuga para a Europa. O Douro precisa de manter na sua região pessoas de valor. Como tal, tem de aliciar-las com boas propostas de trabalho e de carreira. E se do lado de quem recebe a proposta estiver um durhense sentido e sensível a esta região, então ele e o Douro têm um futuro radioso pela frente.

Como durense, na história da minha vida recente, dois episódios tocaram-me. Dois simples e breves episódios em que o Douro surge como personagem convo-

cada por não-durense. O primeiro:

Quando um dia, eu, em troca de correspondência com João Pereira Coutinho, articulista do *Jornal Expresso*, lhe disse que a escrita é a minha pena e alegria do mundo e que sinto que preciso, não raras vezes, de voar para além do Vale do Douro, ele respondeu-me dizendo que compreende o meu estado de espírito, mas que também sente inveja de quem vive no Douro – região que ele próprio considerava ser “um paraíso na terra”;

O segundo episódio:

Há alguns anos, após ter terminado a minha licenciatura, desloquei-me até ao Minho para manifestar o meu interesse junto de um colégio privado, no sentido de lá leccionar. Nesse colégio, fui recebido de forma simpática pelo director, que, no entanto, me disse não existirem vagas para o quadro de docentes da minha área. Ainda assim, tivemos uma conversa agradável sobre vários assuntos. Sabendo que eu sou do Douro, no final da conversa o director do colégio disse-me, confiante: – “estou certo que não desistirá de tentar alcançar o seu objectivo. Você é um homem do Douro. E os homens de Trás-os-Montes e Alto Douro são duros de roer!;” Aquela frase recordou-me o orgulho de ser durense. E novamente me apercebi do modo como os olhos do país vêem esta região: com regalo, pela pujança da sua paisagem, e admiração, pela força dos homens que a moldaram.

Hoje e sempre não posso deixar de referir o incontornável nome de João de Araújo Correia. O autor disse um dia que “o Douro tem mentes que não param de crescer... e um rio que não para de correr”. Neste sentido, importa pensar que a região que foi tocada nas suas entranhas e refeita na sua epiderme pelo homem é também a região que faz o seu obreiro: o mesmo homem.

De Camilo Castelo Branco, Alves Redol, Miguel Torga, João de Araújo Correia a Eugénio de Andrade, Agustina Bessa-Luis, A. M. Pires Cabral, Camilo de Araújo Correia, José Braga-Amaral, Altino Cardoso e outros dignos autores durense e não-durense, em todos eles, e na sua literatura, o Douro tem um lugar especial.

A paisagem está a mudar silenciosamente. Novas técnicas conduzem a outras perspectivas na arquitectura da paisagem, mas que a sinfonia humana se mante-

9 MOURA, Vasco Graça, *Suor*, in *palavras que o Douro tece*, (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Op. Cit., p. 186.
 10 BESSA-LUIS, Agustina, *Vale Abraão*, Lisboa, Guimarães Editores, 1991, p. 143.
 11 BORGES, António José, *Douro 2035*, in *palavras que o Douro tece* (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Op. Cit., p. 55.

o meu último sopro de aragem humana. E certo que aqui quero morrer e dormir o sono final. Mas também queria ter por certo aqui viver. Não sei. Como no amor, a relação com o Douro de hoje não pode ser só feita com uma cabana. Tomara que assim fosse. Porém, outros valores existem. De uma coisa estou certo: no Douro me fiz homem, no Douro desejo dar

tra, repito. Os votos são de que o Douro continue a ser uma rica sinfonia humana com vários andamentos, um quadro de suor, mas de um suor digno e justo, e uma ópera da natureza, mas uma ópera completa, sem desercão dos elementos da sua orques-

ta, repito. Imaginar sempre o Douro. "Se pensarmos em Júlio Verne ou em Isaac Asimov, logo percebemos a importância que a ficção de antecipação tem no progresso técnico e na evolução das sociedades".¹¹ Pelo que, antecipar o futuro é precavermo-nos. Tratemos de

3

"era uma proprietária que levantara toda a região ao nível dum condado"¹⁰. E também aqui é incontornável referir a figura lendária da Ferreirinha (D. Antónia Adelaide Ferreira), que, no dizer de Agustina Bessa-Luis, em *Vale Abraão*,

*Como dar conta do suor naquelas corpos, naquelas testas, naquela tensão dos músculos? As mulheres, curvadas sobre os bacelos, de lenço na cabeça e podoa, navalha ou tesoura na mão, afastando as parras e cortando os cachos, podiam servir para mostrar como o tempo passou por elas e as envelheceu e encardiu.*⁹

é de grande valor: nha, perpetuada nos lagareiros, nas mulheres cujos cânticos ecoam pelo vale na época das vindimas. E aqui se impõe que teça algumas palavras às valentes mulheres duritenses, àquelas mulheres cujos calos das mãos, em época de vindima e iguais aos dos homens, são o bilhete de identidade da sua perseverança. Ela foi e

douro meu

douro do meu coração
tesouro de que não largo mão
viveste dias de lutas vint
e não sei hoje se já sorrís

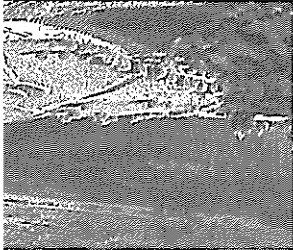
os homens bravos que te acompanharam
e moldaram
o rio que serve de linha mestra à tua paisagem
ambos nunca te abandonaram
e assim prossigue a tua viagem

(António José Borges)

Referências Bibliográficas

- BARRETO, António, *Douro*, in *palavras que o Douro tece*, (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Peso da Régua, Garça Editores, 2006.
- BESSA-LUIS, Agustina, *Vale Abrado*, Lisboa, Guimarães Editores, 1991.
- BORGES, António José, *Douro 2035*, in *palavras que o Douro tece* (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Peso da Régua, Garça Editores, 2006.
- CABRAL, A. M. Pires, *Douro: Pizzicato e Chula*, Lisboa, Edições Cotovia, 2004.
- PEREIRA, Gaspar Martins, *Pedras tocadas pelo tempo*, in *palavras que o Douro tece*, (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Peso da Régua, Garça Editores, 2006.
- MARQUES, Manuel Silva, *Perfil Sócio-Cultural do Homo Duriensis*, Trofa, Gráfica da Trofa, 2006.
- REDOL, Alves, *Porto Manso*, (Obras completas de Alves Redol), S.L., 3ª Ed., Publicações Europa-América, 1979.
- SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1981.
- TORGA, Miguel, *Diário XI*, Coimbra, Edição do Autor, 1973.
- MOURA, Vasco Graça, *Suor*, in *palavras que o Douro tece*, (Organização e Coordenação de José Braga-Amaral), Peso da Régua, Garça Editores, 2006.

Registo e interpretação da Capela da Misericórdia de Murça



1. Do antigo templo à Capela da Misericórdia¹

O antigo templo, Igreja da Sra. da Conceição segundo Marcelino (opus cit. nº 1, pp. 85), ou ermida segundo Pinto da Costa (opus cit. nº 1, pp. 157), só no sec. XVII Capela da Misericórdia, constitui um belo exemplo de materialização de correntes estéticas, desde o maneirismo, o estilo "chão", até ao barroco. A Capela está associada:

- Provavelmente, ao 3º senhor de Murça, gongalo Vasques Guedes, nascido em 1420, casado com Dª Isabel de Alvim (da família dos duques de Bragança), serviu o duque de Bragança, viveu durante os reinados de D. Afonso V, de



Fig. 1 | Capela da Misericórdia de Murça

* Prof. Doutora Arquitecta; Professora Auxiliar da UTAD; Investigadora do GEHVID
1 AUGUSTO, Marcelino; LOPES, Rogêno Teixeira; Murça – Património Artístico, João Azevedo Editor, Mirandela, 2000. PINTO DA COSTA, António Luís, O Concelho de Murça – Retalhos para a sua História, C. M. Murça, 1992. FORTUNATO DE ALMEIDA, História da Igreja em Portugal, Vol. I/2,

quem recebeu confirmação do senhorio de Murça em 1450, de D. João II (1481-1495) e de D. Manuel I, de cuja casa foi fidalgo e que lhe renovou a confirmação do senhorio em 1496 (*O Concelho de Murça – Retalhos para sua História*, opus cit. nº 1, pp. 110). Este senhor, viveu num período marcado por um movimento começado pelo regente D. Pedro e continuado pelos reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, no sentido de maior apoio da coroa a estabelecimentos de assistência aos mais necessitados, retirando-os às autoridades concelhias e integrando-os na esfera do poder central. No tempo de D. João II, o Duque de Bragança, D. Fernando, liderou uma conspiração contra o rei, sendo executado em Évora. Deve haver alguma relação entre D. João II e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, cujo arco que integra a capela-mor tem representado na pedra de fecho um peticano, símbolo deste rei, possivelmente seu fundador.

• A influência de D. Diogo Guedes que nasceu no final do sec. XV; é filho de D. Gonçalo Vaz Guedes e de D. Maria Pinto; tornou-se monge da Ordem de S. Jerónimo, no Mosteiro de Penha Longa, em Sintra, onde, em 1513, professo; estudou em Salamanca, Paris e Lovaina, doutorando-se em Teologia; dois anos depois, foi colocado no Mosteiro de Penha Longa, onde fundou um colégio dos Jerónimos, transferido, em 1537, para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa, em Guimarães; foi Rector deste Colégio que se transformou em universidade (Pinto da Costa, opus cit. nº1, pp. 361 e 362); por iniciativa de D. João III, o monge Jerónimo interveio na reforma dos mosteiros beneditinos e na renovação da sua disciplina; o rei nomeia-o preceptor do seu filho natural, o Infante D. Duarte, no Convento da Costa, em Guimarães; ao Infante concedera o rei, em 1527, a abadia de Refojos de Basto que tinha sido fundada pelos Barrosos (Vasco Gonçalves Barroso era casado com D. Leonor Alvim que, depois de enviuvar, casou em segundas núpcias com o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, de que resultou o nascimento de D. Brites que casou com D. Afonso, filho natural de D. João I, o 1º Conde de Barcelos e 1º Duque de Bragança) da família de D. Gomes Mendes Guedes e de D. Chama Mendes de Sousa; após a morte do Infante D. Duarte, a abadia foi dada a Frei Diogo de Murça que tem parentesco com os seus fundadores. O Papa Paulo III, em 1549, exigiu a extinção do Mosteiro, para que

Portucalense Editora, SARL, Porto, 1967. ANDRADE, Amélia Aguiar; RIGAUD DE SOUSA, José João; Directores; *Estudos Medievais*, Secretaria de Estado da Cultura, Delegação do Norte, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1987. SERENO, Isabel; SANTOS, João; BANDEIRA, Filomena; NOÉ, Paula; *Capela da Misericórdia de Murça*, DGMN, www.monumentos.pt.

as rendas fossem aplicadas na fundação de três colégios universitários em Coimbra, o de S. Bento, o de S. Jerónimo e um para 12 colegas pobres; em 1551, Frei Diogo foi fundador dos dois primeiros e reitor da Universidade; em 1555, pede, ao Papa Paulo IV, a revogação parcial da bula do antecessor Papa, de modo a que o Mosteiro de Refojos de Basto continuasse a existir; no mesmo ano, deixou a reitoria da Universidade e acabou os seus dias, em 1560, em Refojos de Basto.

• A influência de D. João Pinto, sobrinho de Frei Diogo Guedes e cónego regente de Santa Cruz de Coimbra a quem sucedeu como abade de Refojos de Basto e administrador do colégio comimbricense, em plena reforma da Ordem Beneditina; o Capítulo Geral de 1602 concede-lhe o uso das insignias pontifícias. Segundo as "Constituições" de 1590, fl. 183v, as obras de reconstrução dos diferentes mosteiros incluem, em terceiro lugar, a Igreja de Refojos; das obras que se fizeram na primeira metade do sec. XVII, actualmente, apenas se encontra, no frontispício, uma inscrição com a data de 1690 (Fortunato de Almeida, opus cit. n.º 1, pp. 363 a 365 e 391 a 393).

• A assistência aos peregrinos e enfermos, desenvolvida por Simão Guedes, 9.º Senhor de Murça, em albergue construído no final do sec. XVI, junto à estrada medieval da vila, e transformado, em 1587, em mosteiro beneditino feminino (Pinto da Costa, opus cit. n.º 1, pp. 154).

• A Misericórdia em Murça, fundada no sec. XVII para dedicação ao socorro, à pobreza e alívio e tratamento de doentes. As casas da Misericórdia foram fundadas, em Portugal, no sec. XV (1498), por um religioso espanhol da Ordem da Trindade que, sendo confessor da Rainha D. Leonor, viúva de D. João II, teve o apoio desta para a concretização da instituição (Estudos Medievais, opus cit. n.º 1, pp. 203). Pinto da Costa (opus cit. n.º 1, pp. 154, 162 e 163) e Marcelino (opus cit. n.º 1, pp. 79), esclarecem-nos que, nos finais do sec. XVII, devido ao estado de ruína, a Igreja de Santiago, antiga Igreja Matriz de Murça, foi transferida para a Capela de Nossa Sra. da Assunção (a data de 1707, inscrita em cantaria numa das fachadas laterais da actual Igreja Matriz, deve corresponder à data de mudança da Matriz) onde a Irmandade da Misericórdia tinha instalado a sua sede e que D. João V, em atendimento a uma petição de 8 de Maio de 1717, concede apoio para a reconstrução de um pequeno templo, a Capela de Nossa Sra. da Conceição, e para o hospital que estava a fundar e que deve corresponder ao edifício contíguo à mencionada Capela, actualmente pertencente aos herdeiros de Maria Luísa Sampaio Ferreira Pinto e seu marido João Nogueira. No frontis-

pício da Capela da Misericórdia existe uma inscrição com a data de 1692, provavelmente data de construção da fachada, pois, pela petição acima referida, percebe-se que, em 1717, as obras de remodelação ainda não estavam concluídas. Nessa altura, três individualidades importantes de Murça, provavelmente ligadas à Misericórdia, Fernandes Borges Leitão, D. Madalena de Faria e José de São Carneiro, instituíram um vínculo a seu favor, com celebração de dez missas rezadas pelas suas almas, após o seu falecimento. Este vínculo constitui um dos suportes financeiros da Capela e do Hospital da Misericórdia. Terão sido necessárias remodelações no antigo templo para servir de sede à Irmandade em expansão, nomeadamente a introdução de uma Sala de Despacho dos assuntos correntes ou para reuniões, do coro sobre a sacristia e embelezamento da fachada segundo as tendências estilísticas da altura. Em 1758, já não existe a Misericórdia de Murça, provavelmente substituída pelo Mosteiro Beneditino, na sua actividade humanitária e religiosa, voltando a aparecer no início do séc. XIX. A administração da Capela da Misericórdia coube, durante 50 anos, à família Carneiro; em 1758, era admitido um neto de Fernando Borges Leitão, o escrivão dos órfãos do Município José de São Távora Carneiro e, em 1775, Duarte José de São Carneiro de Sousa. Em 1832, o regime liberal extingue as donatarias, ficando a Capela de Nossa Sra. da Conceição a pertencer a D. Miguel António Melo, a quem D. João V, em 1826, concede o título de Conde de Murça que pertencera aos seus antecessores. Em 1843, a Câmara Municipal funda uma Casa de Roda municipal. Nos finais do séc. XIX, a Capela estava no domínio público e em muito mau estado, tendo Camilo de Castro, Basílio de Oliveira, José de Oliveira e António Joaquim Rodrigues lançado um movimento para a sua salvaguarda. Durante as obras de restauro da Igreja Matriz, em 1924, o culto foi transferido para a Capela da Misericórdia, assim como o Sacrário do Mosteiro de S. Bento que, desde 1834, estava depositado na Igreja Matriz. Na década segunda do séc. XX, é construída uma poçolga nos topos oriental e sul, cujas escorências afectaram as paredes da Capela, originando manchas de salitre. Por essa altura, a Capela é aproveitada para arrumos do equipamento da festa de Santiago; em 1958, o nicho do segundo registo da estrutura retabular, onde se ergue a figura de Cristo na Cruz, tinha uma tela com a representação da cidade de Jerusalém; em 1958, a Direcção de Urbanização do Distrito de Vila Real desenvolve obras de reconstrução total da cobertura, introduz cintas de betão armado nas paredes, obras de consolidação da abóbada e reparação do cadetral (durante muitos anos, os cadeirais estiveram na

Sala de Despacho da Irmandade); o imóvel é classificado de "interesse público", pelo Decreto-Lei nº 735/74, de 21 de Dezembro de 1974; a DGE/MN, em 1985, promove acções de beneficiação geral e de recuperação, em 1986, em 1986/87, desencadeia obras de conservação e restauro no edifício. (Pinto da Costa, opus cit. nº 1, pp. 162 a 170; e Isabel Sereno, João Santos, Filomena Bandeira e Paula Noé, opus cit. nº 1).

2. Leitura iconográfica²

Através da análise dos parâmetros exteriores e interiores, pinturas e corpo imagético, dão-se conta de diferentes programas iconológicos e períodos de construção.

No frontispício, acima da porta e dos óculos octogonais, de passagem do mundo exterior profano para o interior sagrado, sobre a cornija, onde apoia o frontão debruado por acantos gordos, símbolos da terra virgem e da virgindade, encontra-se o nicho onde se ergue Nossa Sra. da Conceição, ladeada por duas cartelas. Podemos ler na do lado esquerdo "*Sapientia edificavit sibi domum et excidit columnas septem*" ("A sabedoria edificou um templo para si e, a pensar nela, talhou sete columnas"); e na do lado direito "*Quam terribilis est locus iste: hic est domus Dei et porta coeli*" ("Como é terrível este lugar: esta é a casa de Deus e a porta do céu"). Nestas cartelas são revelados alguns critérios de representação que presidiram à programação iconográfica crista, com finalidade catequética.

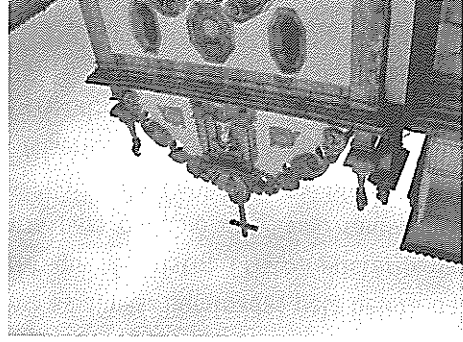


Fig. 2 | Capela da Misericórdia de Murça – Frontão

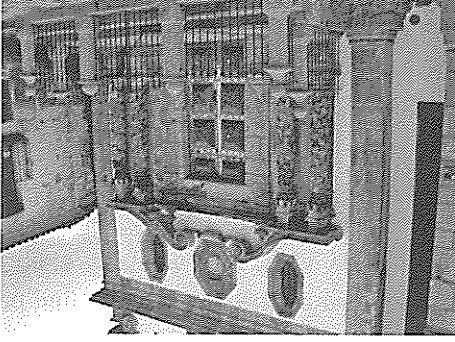


Fig. 3 | Capela da Misericórdia de Murça – Portal

² CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain; *Dictionnaire des Symboles – Mythes, Rêves, Costumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, Editions Robert Laffont S.A. et Editions Jupiter, 1^{ère} Edition, Paris, 1982.

Na fachada podemos contar 7 colunas, 2 pares (4) a flanquear os umbrais do portal, 1 de cada lado (2) do nicho e, finalmente, a haste vertical da Cruz, no vértice superior do frontão. Estas 7 colunas simbolizam o candelabro de 7 braços, da luz espiritual, semente da vida e salvação (benção do Santíssimo); os simbolismos, religioso e cósmico, entrelaçam-se – o candelabro dos Hebreus (*Menorah*), equiva-lente à árvore sagrada da babilônia da luz, em ouro, tem 1 eixo central e 3 braços de cada lado, representa a amendoeira e o carozo de ouro; as 7 lâmpadas são os olhos de Deus que são 7, número perfeito, que vêem toda a terra; representa tam-bém o sistema planetário, com o Sol a brilhar no centro, rodeado de cada lado por 3 planetas; é o símbolo da *Logos*, Luz do Mundo; lembra a Cruz de Cristo, fonte de luz e evoca os 7 arcanjos superiores – Miguel, Rafael, Gabriel, Saraquael, Uriel, Raguel e Ramiel, 4 com nome israelita e os restantes persa (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 205 e 206).

Pelos 3 vãos, que podem significar a Trindade Cristã (Pai, Filho e Espírito Santo), 2 dos quais octogonais (estabelecendo a transposição do quadrado que sig-nifica a Terra para o círculo que significa o Céu), jorra a luz que penetra o cristal, simbolizado pela malha hexagonal esculpida no granito das ombreiras e arquitrave dos vãos de cada lado do altar-mor, e que representa a luz penetrando o cristal, imagem tradicional da Imaculada Conceição – Maria é o cristal e o seu Filho a luz celeste que a atravessa sem a quebrar (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 314). A pas-sagem do eixo do mundo, da Terra para o Céu, efectua-se através da porta do Sol, voltada para poente, a saída do cosmos, onde o homem se supera a si próprio; é ela que dá acesso à revelação, à reflexão sobre a harmonia do mundo; a porta do Antigo Testamento e do Apocalipse é a porta através da qual Cristo em Majestade, no Julgamento final, acolhe peregrinos e fiéis; as almas, iluminadas pela beleza da Capela, dirigem-se para a verdadeira porta que é Cristo; Cristo, mistério da Redenção, é a porta através da qual se entra para o Reino dos Céus; também a Igreja designa a Imaculada Conceição de “Porta do Céu”, “Porta fechada de Ezequiel”, “Porta do Oriente”; na Capela da Misericórdia, é simbolizada pelas por-tas que ladeiam o altar-mor, de molduras de cristal; uma porta, se estiver fechada, aberta ou fechada à chave, significa ausência, chamamento, defesa, fachada cega, ponto de vista, inocência ou culpa; a porta principal deste templo tem uma padieira rectilínea e não arqueada, para parecer baixa, de modo a que o profano, ao aceder ao Reino dos Céus, tenha que se curvar numa passagem difícil de trans-por, para iniciar uma vida nova, tal como o recém-nascido (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 779 a 782). O nicho que acolhe Maria evoca a caverna, arquétipo da matriz maternal, coberta pelo Céu e suportada pela Terra, a morada dos deuses, e simbo-

liza a "passagem", o renascimento e a iniciação dos povos, a Palavra Divina revelada ao mundo, a revelação da sua Presença, o contorno aureolado (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 666). As águias ou fênixes, poisadas sobre os archotes, ceptros de Deus ou colunas do mundo, que se erguem sobre os cunhais aplastados de cada lado do frontão, fixam a luz do mundo (a Cruz central no zênite do triângulo), sem queimar os olhos, porque têm o coração puro; a águia simboliza a contemplação, atributo de S. João Evangelista que, identificado a Cristo em certas obras de arte medievais, representa (como o fênix que renasce das suas próprias cinzas) a Ressurreição de Cristo e o Santo Império vitorioso; a duplicação da águia simboliza a soberania imperial de Cristo (Rei dos Reis), S. João Baptista (associado ao Antigo Testamento) e S. João Evangelista (associado ao Novo Testamento) (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 12 a 16). No Oriente, fênix masculino simboliza a felicidade e feminino é emblema da rainha; a união dos fênixes masculino e feminino representa o casamento feliz que conduz os esposos ao paraíso dos imortais; entre os cristãos, fênix é a Ressurreição, triunfo da vida sobre a morte; no mundo celta, o par, a dualidade essencial é a do druida e a do guerreiro, reunidos numa única entidade divina, um representando a sabedoria da tradição e o outro a força; na Antiguidade, o número "dois" é atribuído à Mãe, designa o princípio feminino, o germe dum evolução criativa mas também dum regressão desastrosa (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 350 a 352).

As colunas salomónicas que enquadram o portal suportam vidétras que se enro-lam em espiral, com parras recheadas de cachos de uva, símbolos das árvores da vida do paraíso, representativas da boa esposa que é, para o seu marido, como uma vinha fecunda, ou do Messias que é como uma vinha do Reino de Deus, cujo fruto é a Eucaristia, sendo o sangue de Cristo o vinho da Nova Aliança; o vinho é símbolo da vida secreta e da juventude triunfante, equivalente ao leite materno; para os paleorientais, o símbolo da vida é dado pela folha da vinha, planta consagrada à Deusa-Mãe ou Deusa-Cepa de Vinha; um querubim alado, sobre o nicho de Nossa Sra. da Conceição, carregando sobre as costas o Mundo e a Cruz, vêm anunciar o Sagrado, traz a Boa Nova ou simboliza S. Mateus, nuvens ou água fecunda (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 1012 a 1014).

Transposto o portal, deparamos com a nave rectangular, com o altar-mor no topo oriental, intersectada pelo transepto, de braços curtos, constituídos pelas capelas laterais de arco de volta inteira sobre pilastras, retábulos de talha dourada, encimados por óculo e que integram painéis pintados; o do lado do Evangelho representando a Virgem e o Menino e o do lado direito S. Jerónimo. Prevalece ali um esquema que visa demonstrar a concordância entre o Novo e o Velho

Uma personagem do Antigo Testamento encontra-se representada na abóbada da sacristia, o Rei David tocando harpa, rodeado de elementos fitomórficos e da Antiga Igreja.

Antigo e Novo Testamento, a partir do grego) para além de defensor das tradições S. Jerónimo, eremita, doutor, investigador e tradutor da Bíblia para latim (dos fundadores e doutores da Igreja, passando pelo nascimento de Jesus e Testamento, com a presença de personagens do Novo Testamento, como santos

Fig. 6 | Altar lateral com S. Jerónimo, do lado da Epístola

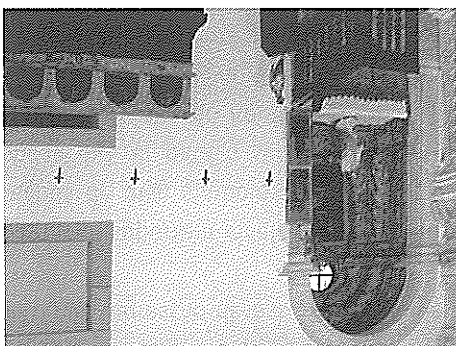


Fig. 7 | Fresco do tecto da Sacristia, representando o Rei David

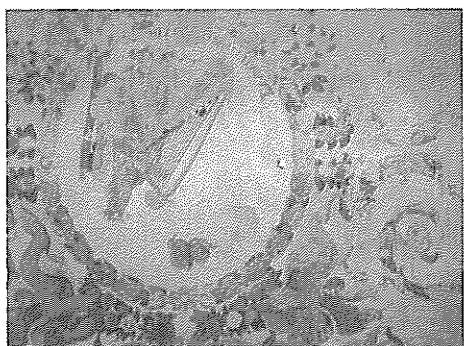


Fig. 4 | Fresco da Abóbada, com céu branco de estrelas douradas

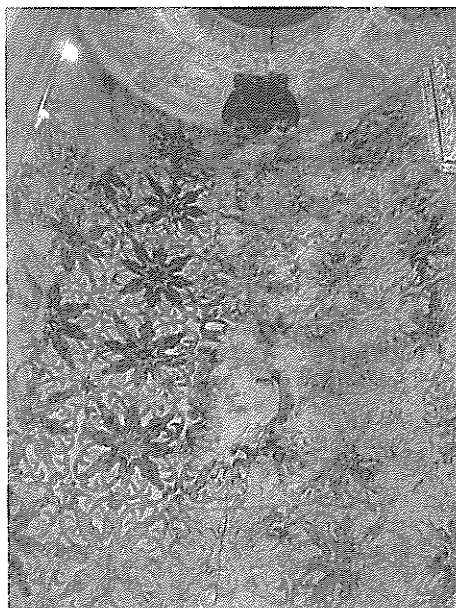


Fig. 5 | Altar lateral esquerdo, com a Virgem e o Menino



anjos. David, terceiro rei de Israel, foi famoso por ter vencido o gigante Goliás e por ter suavizado a melancolia de Saul, tocando a sua harpa. Na doutrina messiânica, representa o progenitor do Messias; a harpa é o símbolo da harmonia cósmica e as 12 cordas da harpa de David correspondem aos 12 signos do Zodíaco ou 12 filhos de Israel; a cítara é o coração, as cordas são os sentidos, o tocador a inteligência e o arco a recordação de Deus; é um dos atributos de Apolo e das musas e representa os poderes de divinizacão próprios de Deus ou a inspiracão poética e musical; na narrativa mitológica, a lira é o altar simbólico unindo o Céu e a Terra; Hermes, ao oferecer bois a Apolo, cobria a pele de um deles com uma carapaça de tartaruga, fixando-lhe um par de chifres, aos quais esticou cordas de couro sobre a caixa de ressonância; nas civilizacões mediterrâneas, o boi representa o touro celeste e fazer vibrar a lira é fazer vibrar o mundo; as núpcias cósmicas realizam-se, a Terra é fecundada pelo Céu; o Céu chove sobre os campos, o corpo da mulher amolece e fica pesado; a lira, tal como todos os instrumentos de música permitem aceder à harmonia secreta do mundo, simboliza o canto do Universo (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 365, 366 e 596 e 597).

A abóbada da nave apresenta o intradorso pintado com estrelas de 8 pontas, no centro das quais se encontram rosas de 8 pétalas pontiagudas e 8 pétalas redondas. Segundo Santo Agostinho, toda a aççã nesta vida se relaciona com o número 4, ou com a alma, cujo número é quaternário; depois do sétimo dia, o oitavo dia corresponde à vida dos justos e à condenaçã dos ímpios; depois dos 6 dias de criaçã e do sábado, o oitavo dia simboliza a Ressurreicão de Cristo e do homem, a transfiguracão anuncia o futuro eterno; se o número 7 simboliza o Antigo Testamento, o 8 é o Novo, prenúncio da beleza de um outro mundo (Chevalier, opus cit. nº 2, pp. 511 e 512).

No patamar da escada adossada a norte da sacristia, salienta-se um conjunto escultórico, alegórico da "criaçã do mundo", constituído por janela sustentada por mísula em forma de concha na qual assenta um charanz representado por uma figura. Não se sabe se é a cabeça de um leão, símbolo de S. Jerónimo, ou o Sol, símbolo de Cristo *cronocrator* que governa o tempo, na arte romana, ou Jesus como Sol que irradia justiça, pólo espiritual, coraçã do mundo, ou de um "monstro", meio homem, meio peixe de feiçã oriental, no topo do qual de ergue uma Cruz. O peixe e a concha representam a Agua, na qual vivem; o peixe é associado ao nascimento ou à renovacão cíclica, manifestando-se à superfície das águas; é, simultaneamente, o salvador e o instrumento da revelaçã; se Cristo foi, frequentemente, representado como um pescador de homens, os cristãos são os seus peixes, pois a Agua os baptiza; também Matsyendranãth, de Cachemire, interpretado como

MATTOSO, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1982. GOITIA, Fernando, *Breve história do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1982. FORTUNATO DE ALMEIDA, Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e dos Algarves, pelos anos 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas. Ano de 1746, 1971. MARQUES, José, *Arquidiocese de Braga no sec. XV*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988.

A Capela da Misericórdia de Murça está inserida numa zona da vila cuja malha urbana apresenta características medievais e renascentistas. Confronta a rua Alfredo Pinto, provavelmente assente num caminho medieval que ligava Bragança, Murça, Vilafranca do Alentejo, Vila Real, Guimarães e Braga, por onde seguiam os peregrinos rumo a Santiago de Compostela (Mattoso, opus cit. nº 7, pp. 145). A rua é margeada por duas bandas de lotes regulares, estreitos e compridos, ou rectangulares, constituídos por duplo quadrado, pontualmente simétricos de um e outro lado da rua, de disposição paralela, onde se construíram bandas de casas de dois pisos, em pedra, com duas frentes, uma voltada para a rua e outra para as traseiras, correspondendo aos lados de menor dimensão dos edifícios. O lote onde assenta a Capela é um rectângulo constituído por duplo quadrado e o edifício é formado por dois volumes escalonados, desenvolvendo segundo a profundidade do lote, o maior paralelepípedo, de secção rectangular, correspondendo a um duplo quadrado, e o menor, de secção rectangular, cujas paredes envolvem um quadrado perfeito; ambos os volumes são cobertos por telhados de duas águas, rematados por empenas triangulares. O frontispício do Templo está recuado relativamente ao alinhamento da rua e abre para um pequeno adro cujas proporções assentam em quadrados e rectângulos de ouro, limitado por gradeamento de ferro forjado, entre pilares de granito, da primeira metade do sec. XX, e ao qual se acede por escadaria, com monumentalização do conjunto. A largura da Capela é igual à distância média entre a sua fachada princi-

3.1. Análise urbana

3. Análise arquitectónica

telúricas, consoante a disposição da luz e da sombra. Segundo o pensamento medieval, o homem é um peregrino entre duas cidades e a vida é uma passagem entre a cidade dos homens e o reino dos santos; a Jerusalém Celeste é livre, é a nossa mãe; a cidade celeste gera pelo espírito, a cidade terrena gera pela carne; uma e outra são mulheres e mães. Provavelmente, por isso, a estrutura retabular apresenta dois níveis, o registo inferior simboliza a cidade terrena e o superior a cidade celeste.

pal e os edifícios que a confrontam, seguindo o princípio do tratado de Sebastião Serlio (sec. XVI), que menciona que, em frente dos edifícios monumentais, deve existir uma praça quadrada ou de dimensões proporcionadas com as fachadas dos monumentos (Gotia, opus cit. nº 7, pp. 108). A fachada posterior da Capela encosta ao limite oriental do lote; as fachadas laterais separaram-se, das construções vizinhas, por estreitas travessas, cuja largura, à semelhança das vilas medievais e “bastidas”, apenas permitiam a circulação de um homem, servindo para escoamento das águas pluviais, escorridas, directamente, dos beirais para as ruas.

Na realidade, no “Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos anos 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas. Ano de 1746” (Fortunato de Almeida, opus cit. nº 7, pp. 111), consta a Igreja de São Tiago de Murça, uma das igrejas da Terra de Panóias. No sec. XV, a Igreja pertencia ao Padroado da Colegiada de Guimarães (Marques, opus cit. Portugal, de 1574”, elaborado no reinado de D. Sebastião, avulta, entre as Igrejas do Arcebispado de Braga, a Igreja de Santiago de Murça, para além de cinco capelas pertencentes à vila. Segundo a pesquisa de Pinto da Costa, uma dessas capelas seria a da Nossa Sra. da Conceição.

Ao longo da rua medieval, foram fundados pequenos estabelecimentos de assistência, como o albergue para peregrinos, no sec. XVI, por Simão Guedes, e transformado, em 1587, em mosteiro beneditino feminino, e as Obras da Misericórdia, como o hospital para curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que tinham sede ou dar pousada aos peregrinos. Anexo a este estabelecimento, existia a Capela de Nossa Sra. da Conceição, restaurada pela Confraria da Misericórdia, no sec. XVII, para servir como sua sede, vindo a ser chamada, posteriormente, de Capela da Misericórdia, e tendo gravada, na frontaria, a data de 1692, que deve ser a data de construção da fachada, pois, em 1717, as obras de restauro ainda não estavam completas, conforme refere Pinto da Costa, baseado numa previsão de D. João V, de 8 de Maio de 1717, que concede à Misericórdia de Murça o apoio necessário para a Capela e o hospital que estavam fundando.

3.2. *Cronologia das diversas fases construídas*

Da análise arquitectónica, estilística e construtiva depreendem-se vários pontos de construção da Capela, que nos permitem concluir por uma cronologia. A fundação do templo original deve, provavelmente, remontar ao reinado de D. João II, cujo símbolo, o pelicano, o arco símbolo, o pelicano, o arco símbolo. É per-

8 PEREIRA, P.; CARNEIRO, J. M.: *O Palácio da Pena*, IPPAR, 1999. SACADURA, João Paulo e CUNHA, Rui, *Património da Humanidade em Portugal*, vol. 1 – Monumentos, Editorial Verbo, Lisboa, 1999. KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã – Entre as Espectantes e os Diamantes*, 1521-1706,

Seguindo a cronologia do edifício, podemos determinar nele diferentes tempos artísticos e modos de organização espacial.

3.3. *Análise histórico-arquitectónica*⁸

ceptível, na modulação do espaço interior e em alguns pormenores decorativos do edifício, a influência da arquitectura manuelina. No tempo de D. João III (1521-1557) e D. Sebastião (1557-1578), deve ter sido alvo de alterações, por influência de D. Diogo Vaz Guedes, monge jeronimita e importante individualidade da reforma dos mosteiros beneditinos e renovação da sua disciplina, em Portugal. No reinado de Filipe I (Filipe II de Espanha) (1580-1598), a Capela terá sofrido novas remodelações, com a intervenção de Simão Guedes (em 1570), 9º Senhor de Murça, fundador de um albergue transformado em mosteiro de beneditinos (1587), e do sobrinho de Frei Diogo Guedes, D. João Pinto, Bispo de Refojos de Basto que, na altura, procedia a obras de reconstrução do Mosteiro. Quando, nos finais do sec. XVII, durante o reinado de D. Pedro II (1683-1706), se deu a transferência da sede da Confraria da Misericórdia de Murça, da Igreja de Nossa Sra. da Assunção para a Capela de Nossa Sra. da Conceição, foram necessárias obras de acréscimo e remodelação do edifício, para servir as suas novas funções administrativas e de culto. Neste período, o 12º Senhor de Murça, Luiz Guedes de Miranda e Lima, recebeu do rei D. João IV, "o Restaurador" (1640 – 1656) e 8º Duque de Bragança (1638), através do Regente D. Pedro, o senhorio dos seus antecessores e as três comendas da Ordem de S. Bento de Avis. Quanto à Capela da Misericórdia, apresenta a data de 1692, inscrita no frontispício, que deve coincidir com a altura em que, Fernandes Borges Leitão, D. Madalena de Faria e de José de Sa Carneiro, provavelmente da família do Senhor de Murça e ligados à Misericórdia, instituem vínculo com o Templo, estabelecendo a celebração de dez missas rezadas pelas suas almas após a sua morte, forma de rendimento financeiro da Capela. A conclusão da obra terá ocorrido depois de 1717, durante o reinado de D. João V (1706-1750). Sobre as voltas que se erguem acima do portal da fachada, encontra-se o brasão de D. Miguel António de Melo de Vasconcelos Guedes (1766), 1º Conde de Murça, título concedido por D. João VI, em 1826.

Da provável fundação, no tempo de **D. João II**, resta-nos a representação de um pelicano, símbolo daquele rei, na pedra de fecho do arco que integra o altar-mor.

No tempo de **D. Manuel**, a cabeceira da Capela de Nossa Sra. da Conceição, devia ainda incluir: por trás da capela-mor e das capelas colaterais, a sacristia, que servia de arrecadação do tesouro; um lavabo, possivelmente o existente, onde nasce uma cara muito semelhante ao lavabo dos monges, em estilo manuelino com influências mouriscas e orientais, situado num pavilhão hexagonal do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, com 6 bicas de água; no eixo principal, atrás da sacristia, de planta quadrada, uma pequena biblioteca ou arquivo, à semelhança da Igreja da Abadia Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, ou da Sala do Capítulo, da Batalha, quadrada; uma parede retabular de dois registos, cujos vãos centrais arqueados e colaterais arqueados, devem ter sido reinterpretados no período entre os finais do sec. XVI e a Restauração, sugerindo as linhas de pedra dos vitrais, tímpanos das arcadas do Claustro Real e rendilhados de cantaria que enca-begam o pórtico principal de Santa Maria da Batalha, dando leveza à parede lítica, (*Património da Humanidade em Portugal*, op. cit. n.º 8, pag. 46 a 85) ou então, à semelhança dos recintos do Alhambra, as superfícies azulejadas e pintadas com frescos do Salão dos Embaixadores, ou as filigranas de pedra das arcadas do Pátio dos Leões.

Como testemunho da acção reformista e fundadora de **Jerónimo Diogo Vaz Guedes**, encontram-se, na Capela da Misericórdia, referências:

- A Capela de S. Jerónimo do Mosteiro da Sra. da Pena, em Sintra, do sec. XVI (Pereira, opus cit. n.º 8, pp. 86 a 81); os 6 castiçais e 1 crucifixo, existentes na Sacristia da Capela, representados na fachada, pela inscrição de uma das cartelas e por 7 colunas salomónicas, 4 no primeiro registo a ladear o portal, 2 no segundo registo a ladear a imagem da Sra. da Conceição, inserida em nicho, e, por fim, a coluna do Crucifixo de hastes torsas, no topo do frontão triangular; o Santíssimo ao "romano", isto é, clássico, muito semelhante nas duas capelas, sendo o da Pena da autoria de Nicolau Chantarene; a estrutura retabular, em cantaria lavrada, o da Pena em alabastro, executado por Nicolau Chantarene (1528-1532), e o de Murça em granito, de dois registos, como se tratasse de uma fachada monumental, com arcadas centrais, ladeadas de vãos rectos mais baixos e cobertos por uma abóbada de berço, fórmula do templo

• Uma única nave com abóbada de berço, assente sobre cornija das paredes laterais de apoio que continua pelo segundo registo da estrutura retabular da parede testeira, interrompida pelos vãos ai abertos; transepto curto, reduzido a capelas laterais de arco de volta inteira, sobre pilastras (com um que-rubim na pedra de fecho e losangos a decorar o intradorso) onde se inscrevem óculos concêntricos que iluminam de forma indirecta o altar-mor; paredes-membranas celulares, compartimentadas, onde estão anichados os confessionários e escadas de comunicação, no andar térreo, e sacristia e tribunas, por traz do retábulo da parede testeira, que dão para a nave, através de janelas; o efeito produzido é o de um pátio abobadado e rodeado de fachadas de rua, de dois andares, com vãos abertos para o pátio; possívelmente, estes espaços cripto-laterais, do nível superior, eram utilizados pelas pessoas que queriam assistir às muitas procissões, ou se enchiam de monges

Henrique. É constituída por:

reinados, financeiramente desequilibrados de D. Sebastião e do Cardeal D. persistindo com a renovação promovida pelo Concílio de Trento (1561), através dos *pela Companhia de Jesus*, racional e austera, iniciado no reinado de **D. João III, A Capela de Nossa Senhora da Conceição** integra-se no *programa desenvolvido*

capela lateral, do lado do Evangelho.

• A S. Jerónimo, representado numa pintura barroca da capela lateral do cruzeiro da Capela da Misericórdia de Murça, do lado da Epístola, em oposição à imagem da Virgem com o Menino, representada no painel pintado na outra capela lateral, do lado do Evangelho.

• A S. Jerónimo ou do Evangelista S. Marcos.

manuelino (Sacadura, opus cit. nº 8, pp. 115); sendo o leão símbolo de S. dos Jerónimos de Santa Maria de Belém, que substitui o lavabo original do Mosteiro

• A "fonte do leão" do Claustro Real, junto ao refatório dos frades do Mosteiro

por folhas de acanto, rosas, cachos de uvas e parras.

Pena, representada na Capela de Murça pelo frontão triangular emoldurado corada de merlões chanfrados de tipo manuelino-mourisco, da Capela da em talha dourada (no intra-dorso e extradorso); na empena triangular, sacristia, de aduelas e pés direitos, cobertos por arcos e colunas torsas, Capela de Murça, é representada pelo arco de ligação entre sacristia e retro-construída por Diogo Botaca, no sec. XV, do reinado de D. Manuel, e que, na da Capela de Pena, formada por arcos triunfais, assentes em colunas torsas, esquema do Claustro de Torralva, em Tomar; a "galilé" quadrangular, à entrada romano, retomada no Renascimento, por Alberti e Serlio, também presente no

beneditinos, ou para guardar equipamento das procissões, ou ainda repositó-

rio de imagens sacras, vestes e paramentos.

- Fachadas laterais e do portal de entrada, simples superfícies caídas, onde se destacam as molduras de granito dos vãos, a contrastar com a superfície da estrutura retabular, profusamente ornamentada, captando a atenção dos leigos cujo olhar se dirigia axialmente para o altar-mor.

- Composição tripartida da estrutura retabular onde se integra a capela-mor, ladeada por vãos menores que constituem o acesso à sacristia, de abóbada abatida.

- Arco triunfal de ligação da sacristia à retro-sacristia, constituído por artesãos, de talha dourada, que forram as aduelas, no intradorso e extradorso, representando elementos vegetativos, semelhantes às folhagens proto-renascentistas do pórtico em cantaria de calcário da Igreja do Convento de Cristo de Tomar, de João Castilho, e ainda semelhantes às folhas de acanto, representadas na barra dos painéis de azulejos do sec. XVI/XVII, que cobrem os paramentos interiores da Igreja Matriz de Murça, ou representados em azulejos da Sala do Capítulo do Convento de Freiras de S. Bento de Castriç, extra-muros de Évora, sendo as colunas, assentes sobre as esquinhas do vão, em talha dourada, torsas, e de feição maneirista.

- Sacristia de abóbada abatida, características do Maneirismo europeu.
- Profundidade da nave igual à sua altura, desde o piso ao fecho da abóbada, perfazendo um módulo quadrangular.
- Abóbada coberta por um telhado que assenta em vigas sobre a abóbada, fazendo lembrar um templo clássico, rematado por frontões triangulares.

Esta fórmula jesuíta assemelha-se à da Igreja do Espírito Santo de Évora (1566-1574) e foi utilizada por Alberti, no sec. XV, em S. Andrea de Mantua, reinterpretando, de modo renascentista, o templo romano, com abóbada de berço, e ainda por Torralva, no Claustro de Tomar. É também representativa da arquitectura “desordenada”, influenciada pelo Escorial de Juan Herrera, mas de expressão portuguesa, a qual veio caracterizar, segundo George Kubler, o “estilo chão”, simplificado a igreja de planta basilical a uma igreja de uma só nave criptolateral unificada por abóbada de berço (Kubler, opus cit. nº 8, pp. 59 a 63).

No período entre os finais do sec. XVI e a Restauração, o edifício terá sofrido algumas obras de renovação do espaço litúrgico e na sacristia, de forma a sintetizar características estilísticas, do Renascimento e da Idade Moderna e da aprendizagem adquirida na Aula da Ribeira, desde 1594, dirigida por Filipe Terzi, nas obras

associadas à arquitectura militar e nas obras de Diogo Torralva, Juan de Herrera, autor do Escorial, Baltazar Alvares e dos Tinocos.

- A estrutura retabular da Capela da Misericórdia de Murça é uma peça interessante e santíssima, profusamente decorada, constituída por dois níveis de tripticos, com um vão central arqueado de maiores dimensões, ladeado por vãos mais estreitos e baixos, arquivitravados, repetindo o tema de Palladio na Basílica de Vicenza, em 1546, ou o tema de Serlio, na sua obra literária "Architectura", a típica veneziana *logge sopra logge*, ou ainda o tema adaptado no Claustro de Torralva, em Tomar, de 1554. Os dois níveis estão separados por cornija apoiada em mísulas com acantos e friso de elementos fitomórficos. No arco central do nível inferior, insere-se o altar-mor com Sacrário e retábulo de talha dourada; a pedra de fecho do arco representa um pelicano emoldurado por rolos e as aduelas apresentam flores, losangos, folhas e rolos e, no interior, caixotes decorados com flores; o arco assenta nos capitéis rectangulares e estes sobre pilares de secção rectangular; todas as superfícies estão decoradas com elementos fitomórficos e emolduradas por bandas simples. Os vãos arquivitravados que flanqueiam o arco, no nível térreo, estão emoldurados por pilares e arquivitrave, decorados com uma malha hexagonal, uma espécie de gelosia de pedra, à semelhança de grades que separavam o espaço litúrgico da nave, da sacristia, reservada aos membros do clero; estes vãos estão encerrados por pesadas portas almofadadas; sobre a arquivitrave de cada um destes vãos assenta outra que é a base de um nicho formado por uma frontão de arco interrompido, emoldurado por duas volutas, à semelhança do que se ergue sobre janela de sacada, em cima de fachada arqueada do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa (1582-1629). A serliana do andar superior repete a do registo térreo, embora os vãos tenham o fundo apainelado, destacando-se, sob o arco central, a figura de Cristo na Cruz; o arco assenta em saímeis salientes, alinhados com a cornija das paredes laterais da nave, e que formam os capitéis rectangulares; as superfícies aparentes, das aduelas do arco das arquivitraves e dos pilares dos três vãos, estão decoradas com elementos fitomórficos e folhas de acanto, emoldurados por bandas lisas; sobre os vãos arquivitravados erguem-se arcos interrompidos, formados por volutas, repetindo o tema do registo inferior; uma arquivolta, concêntrica com o arco central, fecha a parede testeira até rematar com a abóbada; é formada por aduelas largas, decoradas com medalhões e enrolamentos de folhas de acanto, alternadas com aduelas estreitas, colocadas a cutelo, com o mesmo tipo de decoração.

- A abóbada está pintada com frescos, multiplicando-se um padrão por todo o intradorso, como se tratasse de um revestimento azulejado; compõe-se de um quadrado com uma flor no centro, envolvida por estrela, emoldurada com folhas de acanto, obtendo-se, com a repetição deste módulo, um céu branco de estrelas e elementos fitomórficos dourados; estes motivos assemelham-se aos dos painéis da Sala do Capítulo do Convento de S. Bento de Castriç. Na realidade, quando os raios solares atravessam os óculos da fachada principal e das capelas laterais do transepto e iluminam a parede testeira, em cantaria, ricamente decorada com baixos-relevos, e reflectem nas estrelas douradas da abóbada, fica a nave inundada de uma luz suave dourada, dando força poética ao seu interior; por outro lado, reporta-nos ao Salão dos Embaixadores do Alhambra, de lambris revestidos com azulejo hispano-árabe e paredes e tectos pintados com frescos, de elementos geométricos que se entrelaçam de forma muito bela.
- A imagem do leão, símbolo de S. Jerónimo, que suporta a janela norte, da sacristia, à semelhança do velho atlante que suporta a janela manuelina da Sala do Capítulo da Igreja do Convento de Cristo em Tomar, também faz lembrar a face de um dos leões do Pátio dos Leões do Alhambra; na Capela de Murça, a imagem está cercada por uma moldura e aletas, onde assenta a Cruz; da imagem ressaltam o cano, e, sob ela, uma concha em cantaria, funcionando o conjunto como lavabo. Sobre a sacristia, provavelmente, passou a funcionar o retro-coro que, tal como na Igreja de S. Vicente de Fora, em Lisboa, penetra no retábulo. (Kubler, opus cit. n.º 8, pp. 16 a 26 e 83 a 85).

Nos finais do sec. XVII, a Confraria da Misericórdia introduziu novas alterações na Capela de Nossa Sra. da Conceição, para a instalação da sua sede, e, em 1717, ainda continuavam os trabalhos da futura Capela da Misericórdia:

- Sobre a sacristia, subsistiu o retro-coro que penetra o retábulo, a nível do andar superior e substituíram-se as telas dos vãos retabulares que flanqueiam o arco central, por portas almofadadas.
- Por trás do altar-mor, subsistiu a sacristia e, através das escadas existentes nas câmaras cripto-laterais, inseridas nas paredes norte e sul, os monges da Misericórdia acediam ao coro.

Na retaguarda do altar-mor, a antiga retro-sacristia, que servinha como camarim ou arquivo antes das novas obras, passou a funcionar como Sala de Despacho dos monges, onde se reuniam, obrigatoriamente, cinco vezes ao ano (a 2 de Julho, no dia da visitação, dia em que elegiam o provedor da mesa da Irmandade; a 10 de Agosto, no dia de S. Lourenço, para escolha do concelho

- de defnídores; a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos, dia de procissão; a 11 de Novembro, dia de S. Martinho, dia de saída pelos irmãos defuntos; e na quinta-feira santa, dia de procissão dos penitentes, para visita ao Santo Sepulcro) e às quartas-feiras e domingos, da parte da tarde, para despachar petições de pobres e presos, e resolverem assuntos inerentes à Irmandade (Augusto, opus cit. nº 8, pp. 89). O acesso à Sala do Despacho e ao retro-coro só se fazia através das portas que se abrem para a sacristia, e o acesso a esta só se podia efectuar através da parede divisória paladiana do altar-mor. Foram colocadas portas almofadadas, idênticas às do andar superior, nos vãos arqui-travados que ladeiam o altar-mor. A presença discreta das vozes e olhares dos monges era apercebida em passagens ocultas, câmaras internas das paredes e retro-coro. Este último, rasgado sobre a nave, assemelhava-se ao camarote real num teatro, embora separado por portas nos vãos de lancil recto, e por uma tela no arco central. A Sala do Despacho apresenta características que encontramos na basílica da família Bragança, a chamada "Igreja dos Agostinhos", em Vila Viçosa (1634-1682). Os vãos circulares são chanfrados, e alargam-se em superfícies cônicas, a partir da vidraça para o exterior e para o interior; e a abóbada, em "asa de cesto" e a partir do perfil de arco com cinco centros, assemelha-se ao grande pórtico que se desenvolve no *nartex loggia* dos Agostinhos. (Kubler, opus cit. nº 8, pp. 153 e 154)
- A talha dourada do altar-mor, do dossel do púlpito e do arco triunfal da sacristia, já devia existir a partir do último quartel do séc. XVII, antes da data inscrita na fachada principal da Capela, 1692. A zona do pavimento mais elevado que articulava o altar-mor e os altares laterais do transepto curto foi separada da nave por balaustrês, ficando aquela zona reservada aos membros do clero ou a devoções especiais. O púlpito foi resguardado com balaustrês idênticos ao do supedâneo.
 - Desconhece-se se a data de início de construção da fachada foi 1692, mas pode dizer-se que o Barroco já definira, em Portugal, uma linguagem própria, desde a década de 50, nomeadamente em Braga. A fachada da Capela da Misericórdia é determinada por um eixo central, culminando na Cruz, e fixado pelo nicho da Sra. da Conceição, separado, por cornija, do escudo dos Condes de Murça, entre os óculos e a porta. O esquema onde a decoração se organiza com precisão, dominando, totalmente, uma fachada de pequenas dimensões (Pereira, opus cit. nº 8, pp. 17 a 29), assemelha-se ao da Igreja das Beatas Capuchas, em Braga, de 1652, e ao da Igreja de S. Vicente, também em Braga, de 1691.

Sobre o portal da Capela da Misericórdia, ainda encontramos as volutas Rolwerk, tal como nas Beatas das Capuchas e na Igreja de Santa Maria de Bragança, do sec. XVIII. Mas o gosto pela talha, desde 1675 enriquecedora do interior das igrejas portuguesas, começa a invadir o exterior, depois da descoberta do ouro do Brasil, na década de 1690 (Kubler, opus cit. nº 8, pp. 164 a 166), tal como acontece nos frontispícios de Santa Maria de Bragança e da Capela de Murça onde é realçado o contraste entre o claro-escuro dos materiais, a pedra granítica escura, das molduras dos vãos, cornijas, cunhais aplastados e motivos decorativos, e a cal branca, das superfícies. A porta principal da Capela da Misericórdia de Murça, de dois batentes e bandeira de almofadas ornamentadas por rosas, é encimada por arquitetura rectilínea assente em umbrais de pés direitos lisos. Este vão, central e emoldurado, insere-se num rectângulo granítico, superiormente limitado por cornija e frontão interrompido, constituído por duas volutas simétricas intervaladas por rolo, assentando sobre arquitetura decorada com friso de losangos e medalhões elípticos; a arquitetura assenta sobre conjunto dinâmico constituído por três pilstras, de cada lado do vão, de largura igual ao inter-cólmio, decoradas com grotescos, rematados por capitéis com querubins, e por 4 colunas torsas (2 de cada lado) de capitéis coríntios e pedestais decorados com losangos, encostadas às pilstras extremas, acentuando a movimentação da fachada, colunas essas, onde foram esculpidas ao “estilo nacional”, cachos de uva, parras, fênixes e pequenos anjos em colheita eucarística. Sobre o pórtico monumentalizado, destacam-se três óculos, com espaços iguais entre eles e desde os cunhais; o óculo central, correspondendo ao brasão dos condes de Murça, sobre a mísula enrolada, e os colaterais, de cada lado do brasão, são janelões que iluminam a nave, a estrutura retabular e o retro-coro. Estes elementos graníticos destacam-se numa fachada caída e são enquadrados por outros elementos em cantaria como soco, cornija e fortes pilstras, de cada lado da fachada, rematadas por pedestal e capitel de ábaco quadrangulares, sobrepunidas por arçotes onde poissam duas águias, simbolizando S. João Evangelista e S. João Baptista, voltadas para o ómega, no vértice do frontão superior, onde se ergue uma cruz de hastes torsas. No frontão superior caído, destacam-se os seguintes elementos líticos: no eixo central, o nicho de arco abatido da Sra. da Conceição ladeada por colunas torsas assentes em mísulas lavradas com acantos e arrematadas por capitéis coríntios; de cada lado do nicho uma cartela, cujas inscrições já foram anteriormente interpretadas; a debruar o frontão, folhas de acanto, cachos de uva, flores e parras, a sugerir uma animação culminada pelo recorte da Cruz sobre esfera lobulada, assente nas costas de querubim, pináculos e águias ou fênixes nos extremos.

Fig. 14 | Pormenor da parede retabular



Fig. 12 | Púlpito do lado do Evangelho



Fig. 15 | Cadeira, outrora na Sala de Despacho da Irmandade

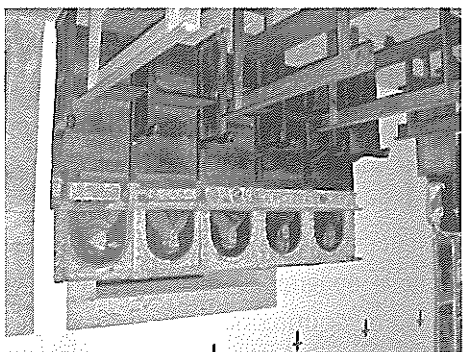
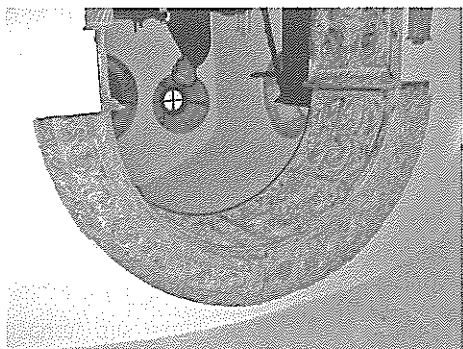


Fig. 13 | Arco artesoado, entre a Sacristia e a retro – Sacristia



*A Hironímia da Paixão Fernandes
pela sua Bibliografia do Distrito de Bragança*

Carlos d'Abreu *

Das antigas barcas de passagem no Douro Ibérico



1. Prólogo

Desde a Idade Média até praticamente à actualidade que no Douro e seus afluentes se assinalam muitas barcas de passagem testemunhadas tanto pela toponímia como pela rede viária. O topónimo Barca d'Alva é disso exemplo, conquanto inicialmente "barca d'Alva" designasse apenas a embarcação existente nessa zona do Douro e propriedade da vila de Alva, na margem setentrional (o mesmo acontecendo por exemplo com a "barca de Hinojosa" ou a "barca de Vilvestre"), e que apesar dessa localidade se ter despojado por finais da Idade Média, persistiu no entanto a barca, agora já como microtopónimo, vindo séculos mais tarde a metamorfosar-se em topónimo, ou se quisermos em macrotopónimo se considerarmos o *hinterland*, com a criação da aldeia raiana aquando dos grandes projectos, de navegação primeiro, e do caminho-de-ferro depois.

Permite para Portugal a Carta Militar 1/25.000 -apesar das limitações, erros cometidos e omissões naturais sobretudo quanto à microtoponímia-, detectar abundantes referências a este meio de transporte no território continental português, mesmo exceptuando algumas variantes possíveis.

*Investigador (Departamento de Geografia, USAL): Equiparado a Bolseiro fora do País (ME);
Investigador do GEHVID (abreu@usal.es).*

1 A tradição salmantina do *lunes de aguas* refere a travessia do Tormes, em barca, pelas prostitutas no seu regresso à cidade oito dias após a Páscoa, acompanhadas pelo *padre putas*.

As barcas transformaram-se numa verdadeira instituição, considerando por um lado os préstimos que traziam aos viajantes quando chegavam às margens dos rios e necessitavam desse meio de transporte complementar para os atravessarem e, por outro, os proventos económicos que propiciavam aos cofres municipais e/ou do Estado, para além dos postos de trabalho que envolvia, como os carpinteiros e calafates, os próprios barqueiros e carregadores. Eram essas barcas apoiadas por outros tantos portos nesses mesmos locais, sendo que a denominação de porto se aplicava genericamente ao sítio onde a travessia normalmente se realizava, dispondo alguns deles de um *cais*, muito rudimentar, para facilitar o embarque; muito rudimentar porque a alteração constante do nível das águas ao longo do ano, mais não permitia.

2. As embarcações e os portos

Para o território espanhol em apreço, registámos também alguns deles, como Manzanal del Barco, Barcial del Barco, San Vicente del Barco e San Martín del Barco, todos no rio Esla (Zamora), El Barco de Valdeorras, no Sil (Ourense), El Barco de Avila, no Alto Tormes (Ávila), etc. Estamos em crer que nos arrabaldes da cidade de Salamanca, apesar da celebrada ponte romana, haveria igualmente algumas embarcações, não exactamente barcas de passagem mas pequenos barcos, ou de pescadores ou dos próprios lavradores, que serviam para atravessar os rústicos para o amanho dos prédios além Tormes⁷

Inventariámos assim os seguintes topónimos: Barca (20 vezes); Barca da Amela, da Esteveira, da Ribeira, das Varzeas, de Agua, de Alva, de Cima, de Murcena, de Sala Monde, de San Juan, do Aveilo, do Bispo, do Lago, do Loureiro, do Painço, do Pego, do Souto, do Travassos, do Vigário, Grande, Nova; Barcamundis; Barcas (4); Barcas de Mosteirã; Barco (18); Barco de Fregeneda, do Porto; Barcos (2); Barcouço (2); Barcouço Primeiro; Barqueira (3); Barquete; Barquinhos de Baixo (2); Barqueiros de Cima (2); Barquete; Barquinha (3) (SCE 1967, 94-95). Destes, pelo menos seis localizam-se no Douro Transmontano, dois no Cã (mais próximo da foz) e dois no Tua. Para além doutros que desfilarão ao longo do texto.

- 2 Conforme no-lo descreve o engenheiro militar alemão Barão de Eschwege em 1810: *De Numão ditto-gimo-nos para norte, passando o Douro no Fochinho, onde uma barca boa e segura é puxada para a outra margem por meio de uma corda, pelo que paguem 18 vinténs com os 5 cavalos* (ANDRADE 1996, 70).
- 3 *Barcas de maroma* as duas primeiras e *barca de cadeia*, a outra (MADOZ 1845-1850, V, 118-119). Este auxílio à travessia da barca, chegou até nós, pois dele ouvimos relatos, relacionados com a barca do Cóa, de familiares nossos do Peredo dos Castelhãos, Concelho de Torre de Moncorvo (TM) que a utilizavam de/e para a estação ferroviária, nos anos cinquenta, referindo um arame atrevesado no Douro, o mesmo acontecendo na barca de Cilhades (Felgar, no mesmo Concelho).
- 4 Relativamente aos primeiros, o signatário fazia neles até há poucos anos a esta parte, a travessia do Douro para a estação ferroviária de Freixo-Mós, no Concelho de Vila Nova de Foz Côa (VNFC) e vice-versa-, no sítio da Cadima ou da Barca, na Louisa, Concelho de TM.

Mas outros tipos de embarcações sulcavam as águas durenenses, como a batelira que chegou até hoje - nos nos Sabor e Cóa - e um tipo mais primitivo, a jangada de odres de cabra [ou barcos de couro já referidos por Estrabão (FILGUEIRAS 1995, 266)], apoiada em algumas tábuas; desta conhecemos uma réplica (hipotética?) hoje existente nas reservas do Museu de Marinha, utilizada no filme *Trás-os-Montes* realizado por António Reis e Margarida Cordeiro e por eles doada ao referido Museu

século XVIII (FILGUEIRAS 1995, 266/274/277 (12/16)).
construtivo e das circunstâncias locais já se encontrava indicada desde fins do modelo actual do rabelo – dentro das variações normais decorrentes do processo da evolução do barco rabelo através da iconografia, indicar que a fixação do dominantes nos locais que serviam, pertencerão à família rabela, apesar do estudo Segundo Lixa Filgueiras, as barcas de passagem não obstante assinalarem tipos e eventualmente para a travessia de algumas, poucas, pessoas”.

Julgamos que já no período medieval se distinguiu entre barco e barca, sendo aquelas de menores dimensões e talvez com quilha, servindo para a faina da pesca cadornas dos carros de bois para os barcos.

Os portos/cais que ainda tivemos oportunidade de conhecer no Douro antes do seu desaparecimento devido à construção das barragens hidroeléctricas, de melhor construção e maior envergadura, estão já ligados à criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), servindo para o transbordo das mer-

Algunas destas barcas, em sítios de maior correnteza, tinham no local da travessia uma corda (*maroma*), arame ou corrente (*cadeña*) estendida, para através dela os barqueiros puxarem a embarcação (MATOS 1980, 431), como acontecia no Douro, com a barca do Fochinho (ANDRADE 1996, 70)?, ou as de Ituero (Sora), Peñalba e Fuentes (Valladolid) (MADOZ 1845-1850, V, 118-119)?

- 5 No sítio do *Paso de las Cuerdas*, zona escarpada, durante el estío suele atravesarse por medio de una balsa formada de pellejos henchidos de viento y cubierta de ramas, sobre la cual se hace el transporte por medio de cuerdas (MADOZ 1845-1850, VI, 119).
- 6 Conforme se pode ver num contrato celebrado em 1436 para a construção de uma barca para o mesmo porto auriense: *que leve e pase vinte rochins carregados con seus moços que con ellos foren e que seja a dita barqua ben feita et ben apostada et de pontoads e crados e tãboas (...)* et que seja feita por la vya que e feita a barqua grande que agora anda a pasar (...). Y que sea sollada de taboado e de tãboas en cima dos pontoads et que esta outra barqua vella non ten (...) et o dia de todo feita e apostada e endereçada de madeira e clavageen e gastos menysos e remos (RIVAS 1978, 235).
- 7 *chegados ao rio, tivemos de passalo enviando de cada vez dois cavaleiros ou dois homens, porque não cabiam mais na barca que servia para isto* (CAVALHEIRO 1942; MARQUES 1987, 128).

A travessia dos rios nestas barcas estava sujeita ao pagamento de uma taxa, paga ao barqueiro, além de um imposto cobrado por particulares a quem a mesma tinha sido concedida como privilégio, quando era o caso; este e outros privilégios foram extintos pelo governo liberal em 1832 (MACEDO 1992, 301).

Nas Cortes de Elvas (1361), os Povos queixaram-se da falta de fiscalização sobre os barqueiros pois os abusos eram muitos: *que nos nossos Regnos ha barcas de passages em alghuuus Rios assim em tejo como em outros logares e os que as ahi tragem som tam negligentes em nom passar os caminhantes que destes hi ha que*

3. Os fretes

Através de documentos medievais galegos, sabemos que a barca de Barbantés, no porto de Ourense, tinha 6 metros de comprimento por *quasi* 4 m de largura e carregava três carros de bois e muitas pessoas, possuindo estas barcas as mais das vezes fundo plano e tanto a proa como a popa eram achatadas⁶ (RIVAS 1978, 235).

Na viagem efectuada pelo nobre boêmio, Leo von Rosmital, por Portugal, onde entrou através da fronteira de Freixo de Espada à Cinta (FEC) com a Província de Salamanca em 1466, com uma comitiva de 50 homens e 52 cavalos, somos informados através da narrativa dos participantes Alexandre Sasek (boêmio) e Gabriel Tetzel (alemão), de que atravessaram o Douro numa barca⁷ (CAVALHEIRO 1942; MARQUES 1987, 128).

(Marinha...), tendo ainda conhecimento da existência de uma em Sendim (Miranda do Douro), por meados do século XIX (MADOZ 1845-1850, VI, 119)⁵.

O calado das barcas variava consoante o local de passagem e o movimento deste.

fazem hum dia nas Ribeiras atendendo essas barcas e que levam delles tamanho preço por passarem que he desaguizado e contra o que se costumou nos lugares de tempo antigo, e que esto se fazia porque as justças não ousavam hi de tornar (CAS-TELO-BRANCO 1958, 40; MARQUES 1987, 127).

O rendimento das barcas, mormente as localizadas em sítios de maior movimento, foi desde sempre disputado, principalmente entre os Concelhos e a Coroa, pois esta muitas vezes utilizou as barcas -dela espoliando as autoridades locais- como forma de pagamento de favores a particulares.

A barca da Régua, por exemplo, foi doada pelo então Mestre de Aviz, a Gonçalo Vasques Coutinho, com todos os direitos a ela inerentes e possibilidade de os transmitir aos descendentes, em 8.XII.1395 (MARQUES 1996), barca esta que se mantinha -estamos em crer- ainda em 1796 na mesma família, pois nesse ano era seu proprietário Luis Pinto de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (MENDES 1981, 475); posteriormente, o mesmo esteve prestes a acontecer a Vilafrinha da Castanhaira, não fora o facto de o seu foral (1514) a esses direitos fazer menção como pertencentes ao Concelho (DIAS 1961, 30; MENDES 1981, 312). Este Gonçalo Vasques Coutinho, curiosamente, já havia sido prendado pelas mesmas mãos, com o senhorio de Vila Nova de Foz Côa (VNFC), seu termo e jurisdição, em 1385 (COIXÃO & TRABULO 1995, 36).

Era este Conselho muito mais rico, porque lhe pertencia a barca do Douro, chã mada Barca da Torre, a qual foi denunciada á Coroa, e veio a perder mais de 400\$000 annuaes, no dizer do corregedor de Torre de Moncorvo (TM) em 1791 (SÁ 1791, 273).

Quanto aos preços pagos pelo serviço das barcas, através dos documentos galogos supra, sabemos que no século XV, uma pessoa pagava 2 dinheiros, uma besta sem carga 1 dinheiro e mais 1 branca por carga de vinho, peixe ou pão, 20 maravedis por um porco, 3 maravedis por uma fanega de cevada, 16 dinheiros por uma galinha e um dinheiro por um pão (BAS 1989, 78). Para o mesmo período em Portugal e segundo a informação contida numa sentença de D. Afonso V (1438-1481) a propósito de um pleito entre os Concelhos de TM e VNFC e do qual mais adiante se falará, os preços praticados variavam aqui bastante motivados pela concorrência: *E que porquanto o barqueiro delle dicto concelho autor [VNFC] levava de passagem por besta grande a doze pretos e da pequena VI pretos e do homem seis pretos e o concelho de Meencorvo reo mandava a seu barqueiro que levase como de facto levava por besta grande meyo reall de prata e aas vezes reall de prata e per besta pequena a XII reaes e dez e como queriam e por homem a XII reaes e dez e como queriam... (AHMTM... , fól. 2v.).*

- 8 Ha d'aver mais o Alquade Moor as cooimas, que som postas as barcas, e batees, que som achados tomando augua, ou lastro em tempo da guarda da Villa de noite depois do sino de correr, que he o derradito sino, que se tange depois do sino da Ouraom, que som por cada vez, que assy forem achados, tres libras da moeda antiga (Ordenações..., I, 356).
- 9 Foram estes rendimentos ampliados pela rainha Santa Isabel, pois ainda em 1796 se não pagava cousa alguma pela passagem porque há fazeendas deixadas para pagamento desta barca, albergaria e capella de N. S.ª de Ajuda, sita no lugar de Molledo (MENDES 1981, 497).

A administração das passagens por barcas era direito dos alcaides-mores dos Concelhos (Ordenações..., I, 356)⁸ e a sua fiscalização, quando existia, era da obrigatoriedade dos almotacés, ou seja, os oficiais municipais encarregados da policia do comércio interno dos Concelhos; foi por D. Afonso V instituído o cargo de almotaçador, com a incumbência do abastecimento da Corte e consento dos caminhos percorridos pelo monarca (TORRES 1992, 121). Estavam os barqueiros sujeitos a uma vigilância algo apertada, pois através deles se facilitava o contrabando, tanto interno como externo, prevenindo os regulamentos alfandegários as suas transgressões, chegando-se mesmo no século XVIII a proibir-se a circulação fluvial em determinados dias; estava o officio de barqueiro vedado a mouros, judeus e negros (MACEDO 1992, 301).

Para um cristo medieval, a edificação de pontes e/ou sua reparação e a ins-talação de barcas e/ou sua manutenção, eram tidas como obras pias, por essa razão, várias pontes e barcas existentes nos caminhos de peregrinação, resultavam de legados, por vezes avultados, deixados em testamento, tanto por clérigos como por particulares; os testamentos dos monarcas da primeira dinastia são disso bom exemplo (CARVALHO 1995, 46/47).

Está neste caso a barca de por Deus, no rio Douro, com porto nas comarcas de Vila Real (em Porto de Rei – Barqueiros) e Lamego (S. Martinho de Mouros), ins-talada pela rainha D. Mafalda (CARDOSO 1751, 55) na qual se não paga cousa alguma pela passagem porque estão aplicados para a conservação desta barca quatro casas sítos no dito concelho de S. Martinho (MENDES 1981, 472)⁹. Constitui este o único caso por ora e por nós conhecido, no Douro, no que respeita à gratuitidade da passagem, pois em todos os outros era devido uma taxa, a não ser que o passageiro dela estivesse isento por qualquer razão.

O pagamento do serviço da barca de passagem, na época medieval, era designado por *navegam* ou *navegagem* (VITERBO 1966), assumindo posteriormente as designações de frete ou tarifa em Portugal e de *barcaje ó flete* em Espanha (Enciclopedia 1994).

Elevado era o número de barqueiros no território aqui em apreço, pois poucos eram os trajectos que não incluíam a travessia de um curso de água onde a barca fosse necessária.

Só no Douro de trajecto transmontano, registou o Juiz Demarcante da Província em 1796, 348 barqueiros/arrais e marinheiros sendo que praticamente a totalidade deles pertenciam ao termo do antigo Concelho de Barqueiros. Possuia o Douro a montante da Régua, naquele mesmo ano, 19 barcas para a sua travessia, 8 das quais se encontravam nos termos de Freixo de Numão/VNFC e seus vizinhos de Carrzeda de Ansaes, Vilariño da Castanhaira e TM (MENDES 1981, 106/233/247/312/quadro XIII).

Num inquérito realizado aos portos de fronteira em 1822, a propósito da proibição de importação de trigo estrangeiro, foram recensados cerca de três centenas de embarcações, sendo o seu número no final do século XIX ainda superior a 100 (MACEDO 1992, 301). Tinha o rio Douro em 1849, as suas margens ligadas por barcas em 57 locais, o que correspondia a 17% de todas as barcas existentes em território nacional (MATOS 1980, 430), valor muito próximo (58) do registado por James Forrester no seu mapa, elaborado por essa mesma época (OLIVER 1927).

4. As querelas pela posse das barcas

Como mais à frente se poderá verificar, nem sempre as relações entre os Concelhos de ambas as margens do rio Douro para o caso transmontano, foram as mais pacíficas, pois já os vetustos Concelhos de Numão (1130) e de Santa Cruz da Vilaça (1225), a propósito da definição do proprietário da veiga de Santa Maria (Reguengo/Monte Meão), levaram a que D. Afonso III, em 8.II.1273, decidisse com as partes litigantes, através dum carta de *composição* que, doravante, aquele território passaria a ser cultivado/explorado por ambos e divididos os frutos a meias, com a ressalva de que o porto e a barca, os seus direitos e pertenças, fossem propriedade da Vilaça (ANTI 1273; ABRÉU 1998a).
Com a criação dos Concelhos de TM em 12.IV.1285 e de VNFC em 21.V.1299, os problemas e disputas pela posse das duas margens por parte de TM, irão manter-se.

A estas disputas não será alheia a obrigaçao de VNFC, por decisão de D. Fernando em 15.VII.1377 de prestar *adau*, isto é, participar com dinheiro ou trabalho, na conclusão das obras de fortificação da vila da TM, bem como a proibição do Concelho de VNFC, redução a aldeia da sua sede e integração do

determinação lhe sejam *peitados* 500 soldos. se acaso se tornasse necessário, com o aviso de que, se estes não acatassem a que procedessem à sua execução através da venda de bens móveis, ou até imóveis *sentia libras de custas de toda esta demanda* e mandatao os juizes de TM para maram-na, condenando o monarca o *dito concelho de uila noua de Fozcoa em ses-* O Procurador foçoense apelou da sentença mas os Ouvidores da Corte confi-

parte integrante do seu termo, o que viu confirmado pelo rei. Ora, pelo exposto, se vê que TM considerava ambas as margens do Douro como

suas.
que era seu de direito o porto e a barca e a nauagem e que as ouverom sempre por
Torre de Meem Corvo tambem da humma parte comme da outra do dito rio de Doiro e
A sentença aponta que dello porto velho ata direito do Paredo e termo da
dei sobresto fazer enquerçom (RODRIGUES 1980).

o rei, depois de ouvidas estas e muitas outras razões das partes envolvidas *man-*
da hua e da outra parte en no termo da dita uila da torre de Meem Corvo, ao que
tambem o porto do ryo come a barca que en ele andava. E que essa barca aportaua
porto velho ata cerca do porto do seixo e ata direito do Paredo que era seu termo
 tapunha o de TM, alegando que a barca que andava en no ryo de *susodicto delo*
 terem direito à *meiadade* uma vez que a barca aportava no seu termo, ao que con-
 no *rio de doiro e sobrela barca e nauagem desse rio*, argumentando o de VNF
 curadores de ambos os *Concelhos sobrelo porto do seixo que e entre essas uillas em*
 mento que, em 22.VII.1302, o monarca analisara as razões apresentadas pelos pro-
 qualquer conflito entre tanto ocorrido (VITERBO 1966); temos no entanto conheci-
 1289, onde se fala da barca, não sabendo nós de momento se motivada por outro
 Há referências de uma carta de D. Dinis para a Câmara Municipal de TM em
 de Santa Cruz da Vilarça, de que TM é herdeiro.

veiga de Santa Maria, ressaltando o direito exclusivo do porto e barca ao *Concelho*
 viu, data de 1273, ano em que D. Afonso III interveêm e decide pela *meiadade* da
 A mais antiga referência que conhecemos do porto e barca do Douro, como se
 dinário reconhecia como pertença da vila e termo da TM.

intuito de alterar o *statu quo ante* das fronteiras regionais que o direito consuetu-
 que, sempre também desapoada pelo Poder Central quando a ele recorria com o
 VNF, por nunca se haver resignado com a hegemonia torremoncorvina, se bem
 los, têm a sua gênese nessa luta pelo território, luta empreendida sempre por
 Os desaguisados pela posse da barca de passagem, mantidos ao longo de sécu-
 mada pelo mesmo quando já rei, em 26.XI.1385 (ABREU 1999).
 termo e jurisdição no *Concelho da TM pelo Mestre de Aviz*, integração esta confi-

Chegou-nos este documento, através de um traslado existente no Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo (AHMTM), elaborado volvidos quinze anos (10.I.1317), pelo tabelião público Domingos Martins, em TM, data em que provavelmente a questão terá vindo outra vez à liça (RODRIGUES 1980).

Através do estudo da documentação medieval para este assunto, se infere que o porto do Douro nesta região, por esta altura, já havia sido transferido da foz do rio Sabor, rio que tem a sua confluência no Douro em frente à parte mais setentrional da península do Monte Meão, 3.750 m para montante, próximo do sítio onde foi construída nos inícios do século XX, a ponte ferro-rodoviária do Pocinho (ABREU & RIVAS 2006).

Por outro lado, julgamos esclarecer que, quando os documentos referem *porto do Douro* a partir de finais do século XIII ou inícios do XIV, localizam-no sempre no Pocinho, topónimo que só surge em fins do século XVIII, sendo esse o denominad *porto do Seixo*, uma vez que ainda nos princípios do século XIX, apesar das muitas tentativas e algumas realizações no sentido de melhorar as condições de navegabilidade do Douro, permaneciam nessa zona do Rio várias *fragas* (afloresment *tos rochosos*), uma das quais se destacava pelo seu tamanho, como pudemos verificar através da leitura da *Tarifa dos Direitos de Passagem nas Barcas do Pocinho e Bouça, Rio Douro e Mais Barcas do Concelho*, isto é, a tabela de preços revista em sessão de Câmara Municipal (TM) em 8.XII.1894 e que vigorava ainda em 01.I.1906 (AHMTM 1906); *fraga* essa que servia para determinar os preços da passagem, pois se ficasse submersa, significava cheia, o que aumentava para o dobro a taxa cobrada pelo barqueiro. Através desta tabela de preços, se poderá igualmente concluir que o porto primitivo, se conheceu também pela designação de Barca Velha ou da Bouça; o porto do Feredo, esse localizava-se no termo da freguesia do Feredo dos Castelhanos, em frente à confluência do Còa com o Douro, vindo posteriormente no local a ser instalada uma barca de passagem, conhecida por Barca do Còa porque andava nos dois rios.

A alusão que acabámos de fazer quanto à localização do *porto velho*, é reforçada pela existência de uma estrada ao longo do vale da Vilaça, revelada por documentos emanados por D. Afonso V:

– num deles, queixa-se TM do excesso da cultura do linho em detrimento da cerealífera e vinícola, alegando ser o lugar *muyto caminhante e em que portam muytos estrangeyros e rrequerem muytos mantymientos* (ALVES 1975-1990, IV, 292);

– noutro, datado de 7.VII.1459, onde igualmente o Concelho de TM se queixa, desta feita dos abusos exercidos pelo alcaide-mor Vasco Fernandes de

Sampaió, por este autorizar os que passam de terra da Beeira para esta detras os montes Ou desta pera allemdoiro per a barca do dicto Rio a não transitarrem pela vila da TM através do caminho público, mas sim antes per a dita Ribeira sendo defeso per pustura do Concelho feita em rollaçom, o que prejudicava o Concelho mas beneficiava os Sampaios porque arrecadavam a portagem (ALVES 1975-1990, IV, 297).

Isto para dizer que os que viajavam do Sul do Douro, para terras a Norte da Vilaíça, Bragança por exemplo (ou vice-versa), preferiam esse percurso, a terem que fazer o desvio pela vila da TM, evitando assim toda aquela acidentada ladreira, onde ainda em 1609, um viajante dizia que *Da barqua a Moncorvo há hua legoa de aspernimo, e trabalhoso caminho por cima de picos de montes mui estreitos, e perigosos* (SERRÃO 1974, 112), o que pode explicar a antiguidade dessa via e a localização mais antiga do porto.

A pouca apêtença dos viandantes em fazerem caminho pela vila da TM quando a sua jornada o não exigia, acontecia também com os que, atravessando o Douro (no porto do Seixo), pudessem utilizar o *Caminho do Peredo*, preferindo-o, apesar de igualmente defeso (ALVES 1975-1990, IV, 303); e nesta apêtença não está implícita a intenção de fuga à portagem, pois ela era paga, só que a um particular. Naturalmente que o declínio da vila de Santa Cruz da Vilaíça, provocado pela transferência da sede do Concelho para TM (1285), contribuiu necessariamente para a alteração da localização do porto fluvial.

TM manterá também uma contenda com o vizinho Concelho de Mós, relacionado com as barcas de passagem, ou melhor, a propósito da obrigaçom, ou não, deste municipio fornecer gratuitamente, do seu pinhal, a madeira necessária para a construcçom e reparaçom das barcas do Douro e Sabor. Com efeito, recusando-se o Concelho de Mós a satisfazer essa exigência, TM aproveitava a presença do infante D. Pedro (filho de D. Afonso IV) em Mogadouro, se lhe dirigiu dando conta do sucedido. O infante, por carta de 9.XI.1346, em nome do rei e acompanhado do Ouvidor deste, ordena que a exigência fosse satisfeita, compensando Mós com a isençom do pagamento da passagem nas referidas barcas (CARQUEJA 1955, XVI)¹⁰.

Ora, como Mós não acatara a decisom tomada pelo herdeiro do trono, TM demandou aquele Concelho através do Corregedor da Comarca que, curiosamente,

¹⁰ *E mando a eles outrossi que vos nom tomem nos ditos portos da passagem das ditas barcas direitos nem huns aos vossos vizinhos e moradores dessa Vila e termo* (CARQUEJA 1955, XVI).

por sentença defffectiva, considerou que o Concelho de Mós não tinha de facto a obrigação de fornecer essa madeira, contra sua vontade (CARQUEJA 1955, XVII).

Esta tentativa de Mós em não aceitar o negócio proposto, apesar de através dele ficarem isentos do pagamento da passagem, poderá revelar, ou o seu fracasso de desenvolvimento económico por essa época, ou a fraca necessidade em utilizarem tais travessias, pois não eram um Concelho ribeirinho.

Não satisfeitos os *homens bons* de TM, apelaram da decisão do Corregedor, para o monarca; mas a verdade é que o rei concordou e confirmou aquela decisão (CARQUEJA 1955, XVII).

Não convencidos da sua falta de razão, aproveitaram os torremoncorvins a presença novamente na região do infante D. Pedro, desta vez em Vila Flor a 9.III.1348 e voltaram a demandar Mós. Nesta audiência, ambos os Concelhos estiveram representados pelos respectivos Procuradores, começando os da TM por lembrar que *vaij em dois annos quando a esta comarca viram que lhyjs deijs mha carta pero o dito Concelho de Moos que lhes desssem madeira do seu pinhal pera as barcas do Doiro e do Savor. E que pera lhes amostravam a dita mha carta que lhyjs nom quemam dar a dita madeira nem comprir a dita mha carta como ela he contendo* (CARQUEJA 1955, XVII).

O Procurador de Mós retorquiu, dizendo que o referido pinhal lhes pertencia e que além disso tanto o Corregedor como o rei, já se haviam pronunciado favoravelmente ao seu Concelho (CARQUEJA 1955, XVII).

O príncipe real reavaliando a questão, achou que *era majs serviço de Deus e del Rey meu Padre e meu e mais prol dos ditos logares* que a decisão tomada em Mogadouro fosse confirmada (CARQUEJA 1955, XVII), entrando assim em contra-dição com o pai, o que não é de estranhar, pois estamos numa época em que o rei não passa de um *primus inter pares*.

Com D. Fernando no poder, lamenta-se-lhe TM de se encontrar *menguada de gentes e companhias* e que corria o perigo de vir a ser tomada e de se despoovar, não só por razões da guerra mas de outros grandes encargos que tinha, lembrando ser a vila um relevante ponto estratégico na região (ALVES 1908-1910, 33)¹¹.

Para obviar a essa eventualidade, convençem o rei a integrar no seu território, em 7.V.1370, os Julgados de Urrós (tivera foral em 1182) e Peredo, as aldeias de

¹¹ Uma vez que *tem hum porto no rio Douro e barcas en el, a humna legua da dita vila no seu termo e se a dita vila da Torre fosse perdida ou ganhada dos inimigos, o que Deos non queira, embargarsia o dito porto por tal guisa que nestas fronteyras non poderyam por aquel porto aver passagem para myranda, nem para Samora nem para outras partes do meu senho, e que a my e aos meus sujeitos seña muy dapnoso.*(ALVES 1908-1910, 33).

Souto da Velha (Mós), Castedo e Lousa (Vilariinho da Castanhaira) (ALVES 1908-1910, 33).

Devido às obras da fortaleza de FEC, João Rodrigues Porto Carreiro, Meirinho-mor na Comarca e Correição de Trás-os-Montes, decide que todos os moradores do Concelho da TM deveriam pagar para a construção de um *apartamento da alcáçere* que o rei aí mandara construir, ao que *os Juizes do Concelho e homes boons da Torre de meen corvo* comunicaram de imediato a D. Fernando (ALVES 1975-1990, IV, 281).

Argumentavam que haviam construído a expensas próprias a sua cerca e que nela sempre se acolheram os freixenistas, para além das obras de que eles próprios necessitavam e, voltam a sustentar a importância da sua localização para se eximir da medida (ALVES 1975-1990, IV, 281)¹².

A verdade é que com a apologia que fazem da vila e de seu porto, conseguem mais uma vez convencer D. Fernando que em 6.III.1376 os dispensa de tais obrigações (ALVES 1975-1990, IV, 281)¹³.

Há referências ainda a um arrendamento efectuado pela Câmara de TM em 1380, onde consta que a *navagem* do porto do Douro devia pertencer ao arrendatário (VITERBO 1966): infelizmente não possuímos mais informações sobre este documento que, eventualmente, poderia fazer recuar alguns séculos, o usufruto desta barca por parte de particulares.

Sobre o assunto que ora tratamos, também D. João I teve de intervir, pois em 1396, julga e decide que *as Barcas, e Navavegagens do Douro, desde o Porto Velho até defronte do Perdo, pertenciam ao Concelho de Mem-Corvo; não obstante a Petição do Procurador da Sua Real Fazenda* (VITERBO 1966): como acontece com o documento anteriormente citado, também sobre este nada mais sabemos mas, como pela sentença se poderá depreender, mais uma vez o Concelho da TM terá sido incomodado pelo de VNC, por razão da barca do Douro e uma vez mais também, saiu ileso das acusações que lhe foram movidas.

¹² Alegando que tinham hum porto de passagem no ryo do doiro a huma leugua da dita vylla da Torre e a tres leguas de castella que sempre foy guardado e deffeso pelo concelho da dita villa da Torre e porque he sseu. O qual porto he o melhor e mays chaão e seguro – outro nenhum que aia no dito ryo des a nossa cidade do porto ataa vylla de myranda que he em cabo de nosso reyno, e que o dito porto he tall que cada quer nossa merce e – poderemos aver por ello passagem pera a dita comarca de tras os montes assy em tempo de guerra como de paz para acorrimto e deffensom da dita comarca (ALVES 1975-1990, IV, 281).

¹³ Achando por bem e mandamos que elles seaiam escusados de pagarem os ditos dinheiros e de serem vyrem por nenhuma outra guysa no dito lavor que nos mandamos ffazer no dito logo de ffreixo des-pada cynta (ALVES 1975-1990, IV, 281).

O documento mais importante sobre as sucessivas demandas relativas à barca de passagem, é a referida sentença de D. Afonso V e que reproduz várias outras sentenças régias anteriores, desde D. Afonso III; trata-se de um códice pergamináceo pertencente ao AHMTM, composto por doze folhas escritas.

É um longo processo de querela, movido por VNF que acusa TM de lhe haver subtrado a barca de passagem que trazia no rio Douro. O Concelho acusado por sua vez, alega a posse da barca há mais de 200 anos (lembra os limites descritos no foral), considerando como seu termo todo o espaço de águas do rio e respectivos portos¹⁴.

VNF defende-se, referindo os limites do seu território também segundo o seu foral, alegando ter direito a metade da veia de água; que possuía azenhas no rio; que pusera barca com barqueiro de sua mão, revertendo as rendas da dita barca para o Concelho; que entrara em concorrência na passagem com TM e que estes atacaram a barca deles autores. e a quebraram e furaram contrahados e a carregaram de pedra e meteram debaixo da augua forçando os asy e esbulhando os de sua barca (AHMTM... , fól. 2v).

O monarca ouviu e sentenciou, da forma a que já nos habituámos: que desde o porto velho atae direito do Peredo TM ouvesse as rendas e passagem todas, impondo a VNF que tirassem logo fora do Rio abarca e portos della a barca que em elle traziam (AHMTM... , fól. 10).

Detêm este documento muito mais importância do que aquilo que fica dito, pois nele se discutem os limites descritos nos forais; a aliança de VNF com o conde de Marialva para afrontar TM, pondo uma barca no Douro a concorrer com a do vizinho; pormenores da reacção de TM; referências a sentenças anteriores sobre o assunto, etc., etc..

Para o século XV faremos ainda referência a um documento de D. Manuel, inserto nos capitulos apresentados nas Cortes de Lisboa (1498), pelo procurador de TM.

Nelas se queixa o Concelho porquanto, ao contrário do que era uso, o official régio contador das obras recusava-se a participar nas despesas efectuadas com a reparação das barcas do Concelho, huua no rio Douro. E outra no rio de Saour, de

¹⁴ Acusa ainda o Concelho autor da demanda que, com o apoio e com ousadia do conde de Marialva a que ora novamente foi dada a dita villa de Foz Coa per sua propria força e autoridade com gente do dicto conde vierom aa dicta barca e corream contra o barqueiro e tomarom lhe huua barca velha que hy tragia e queimaram outra nova que elles reos hy tinham feyta para lançar a augoa e asy for-carom e esbulharam a elles reos (...), e que asy os tinham oje em dia forçados e esbulhados da dicta barca e rendas della (AHMTM... , fól. 2).

cujos rendimentos a Coroa levava a terça. Estas despesas consistiam apenas na mearrenda que se comprava para dar aos trabalhadores, pois pela leitura da fonte se depreende ser esse serviço da obrigação dos moradores (ALVES 1975-1990, IV, 300)¹⁵.
O rei a este capítulo responde que os consertos das referidas barcas se fizessem a dinheiro, que na terça real se não mexesse e que doravante essas reparações passassem a estar salvaguardadas no contrato de arrendamento (ALVES 1975-1990, IV, 301).

Como vimos, exerce TM durante a Idade Média um controlo hegemónico das duas margens do rio Douro porque daí lhe advinham importantes proventos económicos, alegando razões de estratégia nacional.
Ora, a disputa da posse por esse porto e a sua barca atravessará todo o Antigo Regime indo mesmo para além dele, só culminando com a sua desactivação através da construção da ponte do Pocinho e sua abertura ao trânsito em 1909 (ABREU & RIVAS 2006), situação que afectará substancialmente as receitas do município de TM (FERNANDES 1996a, 216/218).

Sabemos que do rendimento da barca, 14.000 réis deveriam ser pagos ao Convento de S. Francisco da TM, como esmola, através de alvará de D. João IV (1640-1656) (REBELLO 1992, 55), e pelo *Livro de Rezam do Pe. Pascoal Ferreira* do Peredo que, em resultado da tomada da praça de Miranda do Douro pelo exército castelhano em 8.VII.1710, foi TM invadida três dias depois, apressando-se o inimigo a lançar fogo à barca do Douro, o que os moradores de VNFC tentaram contrariar (FERRERA 1929, 15)¹⁶.

Através deste denodado acto de resgate da barca de passagem, viram os fozeiros a soberana oportunidade de dela se apropriarem, pois a Câmara Municipal de TM, em sessão de 17.V.1715, mandou prender João Lopes de Villa Nova de Foscoa, Juiz que foi na dita villa no ano de 1710 a 1711, por se ver nesta Câmara que o dito João Lopes com os mais Vereadores daquele ano usurpavam a esta Câmara a Barca do Douro e meteram em si o rendimento della (AHMTM 1715).

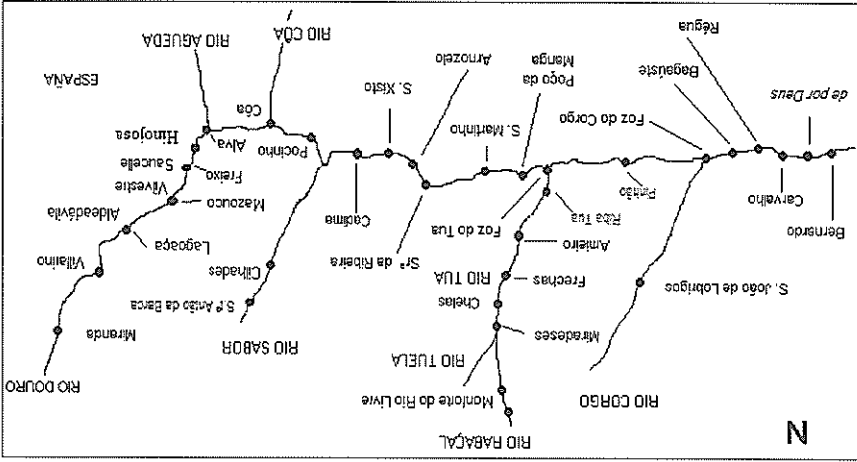
¹⁵ O Procurador do Concelho, explicava que hos moradores da dita villa vão cada e quando que cum-pre aa dita barca dar adubos para as tirarem a monte e a carefetar e reparar de pregoje e cabiros e travessas. E para hos que este trabalho de serventia fazem costumaram sempre darem aa custa da renda pam e vinho para comereem os ditos trabalhadores. E sempre hos officiaes vossos levaram em conta a despeza que se fazia no dicto mantimento (ALVES 1975-1990, IV, 301).
¹⁶ Pois, com as ballas fez retirar o inimigo da barragem do Douro, e acudiram alguns homens de Villanova, passando o rio a nado apagaram o fogo da barca com água e com hum pedaço queimado da mesma barca, e passaram para a parte de Villa Nova (FERRERA 1929, 15).

A magnitude económica da barca do Pochinho, está patente num informe colhido numa acta da Câmara Municipal de TM de 2.VII.1731, onde se autoriza um indivíduo do Concelho de Mogadouro, a transitar pelos limites da Vila definindo-lhe o itinerário a percorrer até à barca, com dois rebanhos de carneiros, num total de 1.110 cabeças, a caminho de Lisboa (AHMTM 1731).

A partir dos meados do século XVIII, começamos a assistir a várias tentativas por parte de particulares, no sentido de tomarem posse desta barca, pois em 17.VIII.1767, João da Costa Lima, requer à Mesa do Desembargo do Paço que notifique os oficiais da Câmara de TM *para Responderem a hu Libello no Juizo da Coroa em que lhe quer pedir a admenistração da passagem e Barca que a dita camara possui*; o mesmo indivíduo volta a recorrer ao mesmo Tribunal nove anos volvidos, para que este cite e demande aos *Officiais da Camara da Villa da Torre de Moncorvo para lhe pagarem os rendimentos da Camara da Barca no Rio Douro* (FERNANDES 1993, 67/149 (557/1989)).

Por esta altura (1758), requer Miguel Salgado, de Sendim (Miranda), uma pro-
 visão para pôr barca no Douro (FERNANDES 1993, 41 (254)).
 Em 1789 estava a barca do Pochinho na posse de Joaquim de Saldanha e Albuquerque por dela lhe ter sido feita mercê (FERNANDES 1993, 215 (2842)), sendo-lhe retirada em 1808 (referência infra) em consequência da criação da Junta de Salvação Pública de TM aquando das Invasões Francesas.

5. A localização das barcas em Trás-os-Montes (sêcs XVIII - XIX)



(OLIVEIRA & COSTA 1996, 220; LEAL 1876-1886, VII, 113).

6. As barcas de passagem do Douro Transmontano em finais de Setecentos

Concelho De	Designação	Proprietário /Administrador	Rendimento	Observações
Torre de Moncorvo	Pochinho	particular, desde 1789 ¹⁷	400\$000	pagava 50\$000 / ano à Câmara Municipal de TM ¹⁸
Moncorvo	Foz do Cóa	particular ¹⁹	50\$000	---
Carrizada de Ansiães	S. Martinho	Coroa ²⁰	---	---
Carrizada de Ansiães	S. Xisto	Coroa ²¹	---	lugar da Lavandeira, 1/2 légua a montante do Cachão da Valeira
Carrizada de Ansiães	Amozelo	---	---	sítio do poço da N.ª S.ª da Ribeira a Velha
Carrizada de Ansiães	Senhora da Ribeirinha	Comarca do Santíssimo Sacramento (do Seixo)	30\$000	ou N.ª S.ª da Ribeira a nova, do lugar de Coleja

17 Joaquim de Saldanha e Albuquerque, por mercê régia, pois em 12 de Maio desse ano, o mesmo dirigira uma petição ao Desembargo do Paço, solicitando a respectiva carta de senhoria e em cujo deferimento se podem colher as seguintes informações: *Hey por bem em remuneração de todos os referidos serviços, fazer-lhe merce, em sua vida somente do senhoria da Barca da Torre de Moncorvo (...): com declaração porem, de que não fará levantar, o preço da mesma Barca, assima de oitenta reis, por cada Pessoa: excepto porem nos tempos invernosos, em que o Juiz de fora da Villa de Torre de Moncorvo podera levantar o preço sem grande excessso: nunca porem ficando ao arbitrio dos Barqueiros, como athe agora se tem praticado: De que será Livre, e gratuita a passagem para os Moradores da Villa sobre dita e seu termo: De que será obngado a dar annualmente a quantia de des mil reis para a Festividade que se faz na mesma Villa, em o dia do corpo de Deus: E de que pellos rendimentos da referida Barca pagara sincoenta mil reis cada anno a camara da dita Villa (FERNAN-DES 1993, 215).*

18 Destinados ao concerto da estrada que ligava a Vila à referida barca: o porto do Pochinho, para além da travessia, servia também ao embarque de mercadorias com destino ao Porto.

19 João Carlos de Oliveira Pimentel (de TM), a quem havia sido doada por uma vida; por esta infor- mação se depreende, o que não deixa de ser deveras curioso e elucidativo, que mesmo a barca da foz do rio Cóa, criada certamente por Vila Nova, eventualmente com a justificação da grande dis- tância que a barca do porto do Seixo tinha que percorrer até àquela confluência, era considerada do Concelho de TM.

20 Pertencera a António de Mello, de Riba Longa, mas da qual a Coroa havia tomado posse através da Providora de Lamego.

21 Pertencera a Nicolau José, das Selores, também reavida pela Coroa, através do mesmo Provedor.

Concelho De	Designação	Proprietário /Administrador	Rendimento	Observações
Ansães	Poço da Manga	Concelho	2\$000	—
Carrizada de Ansães	Foz do Tua	Confraria de Santo António	21\$3000	—
—	Carrizada de Ansães	Riba Tua	40\$0000	—
dos quais paga-vam ao	Concelho de Carrizada	Freixo de Espada à Cinta	3\$000	Alva
particular ²²	70\$000	Concelho de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta	Folhosas ²³
Castela	—	1 1/2 légua da foz do Águeda	Freixo de Espada à Cinta	Sauelle
Castela	—	1/2 légua a anterior, no montante da	Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta
Vilvestre	Castela	—	atravessava para Mazouco	Vilanhinho da Castanheira
Cadima	Concelho ²⁴	40\$000	vd. fotografia	Miranda do Douro
Douro	Concelho	6\$000	a 2 légua da cidade	Bemposta
Villanino de los Aíres	Municipio de Villanino	—	arrematada na vila de Bemposta ²⁵	
Mogadouro	5.ª Marinha Verde	Convento e vizinhos	—	pertencia ao Convento e aos vizinhos de Lagoaça e Aldeiadávila
Barqueiros	<i>de por Deus</i> ²⁶	—	—	passagem gratuita (supra referida)

22 João Carlos d'Oliveira Pimentel (de TM), doação por uma vida.

23 Em vão procurámos durante anos, na cartografia espanhola, este topónimo nessa zona do Douro onde os autores portugueses o localizam. Entretanto ocorreu-nos que *folhosa* poderia significar *folhal*, i. é, zona de *folho*, o que nos levou a questionar a coléga Celestina Trejo pelo significado da palavra *hinojosa*, sendo-nos dito que provinha de *hinojo*, uma planta conhecida; consultados dicionários e livros de botânica, rapidamente confirmámos corresponder precisamente a *folho*, planta umbelífera aromática, abundante na região; foi caso para pronunciar *eureka!*; Consideramos curioso o facto de em Portugal nos séculos XVIII-XIX assim se designar aquela vila castelhana.

24 Dela fazia menção o foral [E ho dito concelho Recadar pera sy pera a paga do dito foro. todas as pesqueyras do doyro. a saber, a do porto de Villaninho omde anda a barca. E a dita barca (DIAS 1961, 30)], pois caso contrário já a teria perdido (interessados havia).

25 Da qual recebia 1/3 do seu rendimento, sem obnigação de concorrer para as despesas.

26 Foi seu último barqueiro, em Porto de Rei, o *ti Adérito da Burra, falecido nonagendão* em 16.VII.1994 (OLIVEIRA 1998, 140).

27 É provável que esta seja a mesma barca de *passage* propriedade da Quinta da Vacarã por meados do século XVII (MARTINS 1997, 370).

28 Pertencente a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

29 Foi seu último arrendatário, na década de 1970, Luís Barqueiro (OLIVEIRA 1998, 140).

30 Entre a Coroa e José Alvo Brandão; a importância desta barca está já documentada em 08.XII.1385, como acima se viu, pois nessa data, o então Mestre de Avis faz dela mercê a Gonçalves Vasques Coutinho (MARTINS 1996); julgamos que o Coutinho proprietário da barca de Bagaste nos fins do Século XVIII, será descendente deste, o que a ser verdade, nos poderia levar a concluir que esta barca se encontrava na posse da mesma família, havia quatrocentos anos.

31 Esta barca está ainda na memória de qualquer feligrensense com pouco mais de 40 anos, pois nela atravessavam os carros de bois e até os primeiros tractores, sendo a de maior calado das que vieram até época mais recente, como a da Cadima-Freixo, Satao, Foz do Sabor e Foz do Côa (vd. fotografia).

32 Dos moradores da Vila por possuírem prédios em ambas as margens.

7. As barcas de passagem da rede hidrográfica secundária transmontana em finais de Setecentos

Concelho De	Designação	Proprietário / Administrador	Rendimento	Observações
Torre de Moncorvo	Cilhades	Felgar ³¹	25400	no rio Sabor
Carraceda de Anstães	Ameiro	mordomos de St. ^a Luzia	85000	no rio Tua
Frechas	Frechas	moradores ³²	—	actual Concelho de Miranda; rio Tua

(OLIVEIRA & COSTA 1996; MENDES 1981)

Concelho De	Designação	Proprietário / Administrador	Rendimento	Observações
Canelas	Foz do Corgo	particular	1225000	propriedade de António José da Cunha Reis ²⁷
Canelas	Bollustres	particular ²⁸	2005000	<i>Bollustres</i> = Bagaste?
Goiães	cais do Pinhão	particular	805000	propriedade do Arcebispo de Braga
Mesão Frio	<i>de por Deus</i>	—	—	supradita
Mesão Frio	do Bernardo ²⁹	particular	305000	propriedade de Luís de Melo e José Pinto, de S. Martinho de Mouros
Santa Marta de Penaguão	cais da Régua	meira ³⁰	1.005000	—
Santa Marta de Penaguão	cais do Carvalho	Coroa	3005000	na freguesia de Fontelas

(MENDES 1981)

Concelho De	Designação	Proprietário / Administrador	Rendimento	Observações
Mirandela	Chelas	particular	---	no Tua; pagava à Coroa 800 réis
Mirandela	Contins	particular	---	no Tua; pagava à Coroa 800 réis
Mirandela	Miradезes	particular	---	no Rabagal; pagava à Coroa 1\$200
Monte do Rio Livre	---	particular	---	termo repartido actual/ por Chaves e Valpaços; no Rabagal
Monte do Rio Livre	---	particular	---	no Rabagal; pagava ao Concelho 500 réis
S.ª Marta de Penaguiao	S. João de Lobrigos	particular	100\$000	no Corgo; pertencia a Manuel Bemando Pinto

8. As barcas de passagem na Época Contemporânea

Ao longo do século XIX, conhece a barca do Pocinho vários proprietários, umas vezes as próprias entidades de TM ou VNF (os velhos rivais), outras vezes particulares, pois os rendimentos substanciais que ela propiciava continuavam a ser alvo de acesas cobijas - agora com um número acrescido de actores - tanto quanto a documentação para este período comprova.

Em 1808, quando da criação da Junta de Salvação Pública de Moncorvo, estava ela nas mãos de Joaquim Saldanha de Albuquerque a quem foi retirada (referência supra).

Por esta altura o nobre João Carlos de Oliveira Pimentel (e família), apoiantes da Junta contra os franceses, detinha a Barca do Pocinho pela qual pagava à Câmara Municipal de TM 60\$000 réis e um touro para a festa do Corpo de Deus (ANDRADE 1995); aliás, este torremoncorvino, fora autorizado em 1807 pelo Príncipe Regente a estabelecer uma Companhia de Navegação do Rio Douro, e de *Mineração e Fundição de Ferro* (GL 1807) mas que não veio a ter execução (MATOS 1980, 434)].

Em 1816 (com meio ano de permissão) o médico do Exército Manuel António Pereira e José Pedro de Oliveira requerem os rendimentos da barca do Pocinho (FERNANDES 1993a, 52 (315-316)), e em 03.VI.1817, António Mathews Freire de Andrade Coutinho Bandeira faz o mesmo (FERNANDES 1993a, 161)³³.

³³ Em petição dirigida à Corte pede no Requerimento Nº 4 o Título de Barão, ou a Barca do Pocinho na Comarca da Torre de Moncorvo de Juro, e herdada em compensação da Merce do Foro de Fidalgo, que se lhe concedo pelos serviços, que fez na Restauração (FERNANDES 1993a, 161).

Rio	Provincia	Povo	Localização	Descrição	Observações
Aliste	Zamora	Carbajales	Caño de la Barrosa	barquichuelo	(MADOZ 1845-1850, VI, 29)
Aliste	Zamora	San Pedro de la Nave	Junto ao povo	barca	<i>una barca de paso inmediata á la pobl.</i> , VI, 29/114/163
Camaces	Salamanca	Hinojosa (de Duero)	Vado de Calderon	barca	V, 119
Cea	Zamora	Zamora	(afluente do Esta)	2 barcas	Pobladura del Valle, Milles, VI, 163
Cea	Zamora	Pobladura del Valle	afluente do Esta	barca	VI, 163
Cea	Zamora	Milles	afluente do Esta	barca	VI, 163
Douro	Salamanca	Aldeadávila la Ribera	—	barca	a 1 1/2 légua do povo; V, 45/120
Douro	Salamanca	Vilvestre	—	barca	V, 120
Douro	Salamanca	Villanino (de los Añres)	—	barca	<i>tiene una barca para pasar a Portugal, aunque en el dia no se permite.</i> , V, 147
Douro	Zamora	Almaraz	ermida de San Pelayo	barca	VI, 29
Douro	Zamora	Villacampo	—	barca	entre part. jud. de Bermillo de Sayago e Alcañices, V, 119; VI, 59/163
Douro	Zamora	Villacampo	Carbajosa	barca	entre part. jud. de Bermillo de Sayago e Alcañices, VI, 59/163
Douro	Zamora	Villacampo	Pino	barca	entre part. jud. de Bermillo de Sayago e Alcañices, VI, 59/163
Douro	Zamora	Miranda do Douro / Moura / Torregamones	Miranda do Douro / Moura / Torregamones	barca	pertence à cidade de Miranda; dá passagem para o Reino de Portugal, V, 119; VI, 59
Douro	Zamora	Fermoselle	Fermoselle	barca	para o Reino de Portugal, V, 119; VI, 59
Douro	Zamora	Fermoselle	de Mucena	barca	at vivem os arrendatarios; dá passagem para Portugal; V, 119; VI, 84
Douro	Zamora	Toro, termo de	—	barca(s)	<i>y alguna barca en el Duero</i> ; VI, 137
Douro	Zamora	Zamora, Provincia	—	6 barcas	Villazán, Villacampo, Carbajosa, Pino, Puente de Urz, Fermoselle; VI, 163
Douro	Zamora	Villazán	—	barca	V, 119; VI, 163
Douro	Zamora	Puente de Urz	—	barca	VI, 163

9. As barcas de passagem nas províncias de Zamora e Salamanca em meados do século XIX

Rio	Provincia	Povo	Localização	Descrição	Observações
Douro	Zamora	Sandim (Miranda)	Cuerdas, Arribas	balsa de odres	<i>durante el estío suele atrovosarse por medio de una cubierta formada de pellejos henchidos de viento y cubierta de ramos, sobre lo cual se hace el transporte por medio de cuerdas.</i> V. 119
Douro	Zamora	Fresno (de la Ribera)	San Pedro de la Nave	barca	a jusanse de Toro; V. 119
Esta	Zamora	San Vicente del Barco	San Pedro de la Nave	barca	perença do Marques de San Vicente; com capacidade para 40 pessoas; VI, 36/159/163
Esta	Zamora	Barcial del Barco	em frente ao povo	barca	capaz de transportar 50 pessoas; caminho real de Santolvenia a Benavente; V. 36; VI, 44/82
Esta	Zamora	Villaveza del Agua	Agua	barca	facilita a passagem para a Terra de Sanabria; VI, 44
Esta	Zamora	Bretós	Bretós	barca	que une aquele povo com o de Bretocino; VI, 82
Esta	Zamora	Moreuela	Moreuela	barca	num pequeno golfo a 2 léguas da anterior; VI, 82/163
Esta	Zamora	Misleo	Misleo	barca	também a 2 léguas da anterior; VI, 82/163
Esta	Zamora	San Pelayo (despovado)	Barca	barca	substituída por uma ponte de madeira em 1801; VI, 82/163
Esta	Zamora	Manzanal del Barco	Manzanal del Barco	barca	muito frequentada de Castela para a Galiza, e para Portugal; por Alcañices; V. 104; VI, 36/82/163
Esta	Zamora	Pública (pequeno povoado)	Barca	barca	a jusanse da conflúencia do Aliste; na margem oposta está o ex-povoado de San Pedro de la Nave (ordem de San Benito), com capacidade para 40 pessoas; VI, 82
Esta	Zamora	Zamora	Zamora	8 barcas	Santa Colomba del Azuque (vilgo das Monjas), Bretó, Granja de Moreuelo, Misleo, San Pelayo, San Vicente, Manzanal, San Pedro de la Nave; VI, 163
Esta	Zamora	Santa Colomba del Azuque (vilgo de las Monjas)	barca	barca	VI, 163
Órbigo	Zamora	Bretocino (?)	Bretocino (?)	barca	na margem oposta o povo de Bretó; r. Órbigo con-flyue con el Esta en Bretó; VI, 45/163
Órbigo	Zamora	Vecilla de la Polvorosa	barca	barca	<i>En el Orbigo se ven tambien las barcas de Bretocino y Vecilla de la Polvorosa que igualmente que las del Esta dan paso para Sanabria;</i> VI, 45
Tera	Zamora	Codesal	barca	barca	caminho que se dirige a Zamora; VI, 72

35 Diz o povo que *Entre Bretó y Bretocino, poco trecho e mal camino, pois muitas das vezes os videntes tinham que fazer um desvio de 40 km para poderem vadear o Esta.*

36 Barca lendária esta (próxima de Codosal), cujo povo se encontra desde 1969 submerso pelas águas da presa de Cernadilla (Codosal...).

37 Submerso pelas águas da albufeira da presa de Almendra.

(MAD02 1845-1850)

Rio	Provincia	Povo	Localização	Descrição	Observações
Tera	Zamora	Anta de Tera ³⁶	---	barca	VI, 31
Tera	Zamora	---	(afuente do Estia)	barcas	con algunas barcas de paso; VI, 135
Tera	Zamora	Zamora	Zamora	3 barcas	Mozar, Aguilar de Tera, Valparaiso; VI, 163
Tera	Zamora	Mozar	---	barca	VI, 163
Tera	Zamora	Aguilar de Tera	---	barca	VI, 163
Tera	Zamora	Valparaiso	---	barca	VI, 163
Tormes	Salamanca	Baños de Ledesma	---	barca	mui proxima al pueblo hácia la parte O; V, 63
Tormes	Salamanca	Ledesma, vila de	---	barcas	r. Tormes tiene en Ledesma (v.) un magnífico puente y varias barcas por diferentes puntos; V, 147
Tormes	Zamora	Carvelino	---	barca	passagem para part. jud. Ledesma, VI, 59
Tormes	Zamora	Arguino ³⁷	---	barca	passagem para part. jud. Ledesma, VI, 59
Tormes	Zamora	Fermoselle	---	barca	passagem para part. jud. Ledesma, VI, 59
vários rios e arrosos	Zamora	Partido Judicial de Puebla de Sanabria	arrosos: Tera, Castro, de Requijo, Manzanal ou Rionor, Conejos, de Vega, Sabor e de Ciervas)	barca(s)	todos contam pontes de pedra ou de madeira, "y alguna barca"; VI, 121
Yeltes	Salamanca	Guadramito	---	barca	la barca que tenia el r. fue destruido hace algunos años; V, 137

10. As barcas de passagem nas restantes províncias durenses de Castela em meados do século XIX

Rio	Provincia	Povo	Localização	Descrição	Observações
Douro	Sória	Ituero	Ituero	barca	<i>barca de maroma</i> = com corda; V, 118
Douro	Sória	Ituero	próx. limites c/ Valdespina	barca	V, 118
Douro	Sória	Valdespina	próx. santuario N.ª S.ª de Velacha	barca	na confluencia do r. Verde c/ o Douro; V, 118
Douro	Burgos	Vilde	---	barca	<i>onde tiene una mala barca y recibe por la orilla izq. El Losana</i> (Manzanares ou Adanta); V, 119
Douro	Burgos	Navapalos	---	barca	na confluencia do r. Ulcero (marg. dir.); V, 119
Douro	Burgos	Inés	Barca de San Hipólito	barca	V, 119
Douro	Burgos	Omitillos	---	barca	V, 119
Douro	Burgos	La Cueva	---	barca	<i>en cuyo pueblo hay una barca de paso</i> ; V, 119
Douro	Valladolid	Quintanilla de Arriba	---	barca	Entre esse povo e a Granja de Mombiedro; V, 119
Douro	Valladolid	Valbuena	---	barca	V, 119
Douro	Valladolid	Petalba (termo de)	Villabañez	barca	"barca de cadena", na confluencia do r. Jaramiel; V, 119
Douro	Valladolid	Fuentes	---	barca	"barca de maroma; passagem entre Valladolid e Segóvra; V, 119
Douro	Valladolid	Williamcel, termo de	San Miguel de Pino	barca	V, 119
Douro	Valladolid	Pollos	---	barca	na margem oposta está o palacio de Cubillas e <i>immediato al mismo una barca</i> ; V, 119
Douro	Valladolid	Castromoño	---	barca	a jusante de Trabancos; V, 119

(MAD02 1845-1850)

11. As tarifas das barcas do Concelho de Moncorvo³⁸ (período de 8 de Maio a 30 de Setembro³⁹) (séculos XIX – XX)

em vigor até 8 de Dezembro de 1894		
Pessoas e cavalgadura(s)	Pessoas e veículos	Mercadorias
por cada pessoa = 20 réis	cada carruagem = 200 réis	cada passageiro c/ direito transporte gratuito 1 volume inferior a 30 kg
por cada pessoa = 50 r	carruagem 4 rodas c/ cavalos, e passageiros = 400 r	fardo c/ peso entre 30 a 120 kg = 10 réis
idem, de albarda ou albardão = 30 r	idem, sem passageiros = 360 r	pipa cheia (550 litros) = 100 r
idem, carregada = 40 r	idem 2 rodas c/ cavalos, e passageiros = 300 r	pipa vazia = 40 r
p/ cada uma das restantes cavalgaduras = 30 r	idem, sem passageiros = 240 r	p/ cada cabeça de gado, bovino = 60 r
---	carro de bois, carregado e carreiro = 240 r	idem, múdo = 5 r
---	idem, descarregado = 140 r	---
---	idem, sem bois nem carregado = 80 r	---
com as alterações introduzidas a 8 de Dezembro de 1894 e ainda em vigor a 1 de Janeiro		
carregadores/descarregadores = 1 só passagem cada dia	---	carga de carro de volumes inferiores a 30 kg = 100 r
---	---	carga de besta de volumes mídos inferiores a 30 kg = 40 r
---	---	cada volume c/ peso superior a 120 kg e por 100 kg a mais = 10 r

(AHMTM 1906)

³⁸ Os lavradores dos Concelhos de TM e VNFC que utilizassem as barcas com seus gados e obreiros para o cultivo das propriedades adjacentes aos rios Douro e Còa, pagavam apenas metade dos direitos taxados.

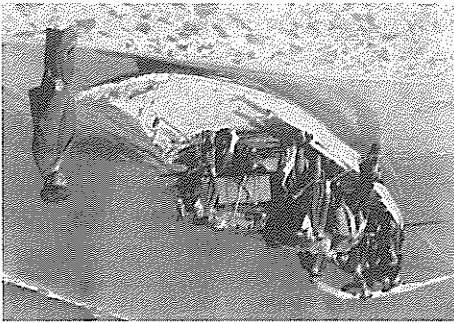
³⁹ No período de 1 de Outubro a 7 de Maio as taxas eram acrescidas de 50%, excepto durante as cheias em que subiam para o dobro. Considerava-se cheia, quando as águas cubram a frega grande do Focinho e o altar mais alto de Foz Còa e parede da vinha de Antonio Coetano d'Oliveira, no sítio da Barca Velha ou Bouça. Durante a noite os preços também subiam para o dobro.

12. Epílogo

A valia das barcas de passagem no âmbito do tráfego fluvial em particular e dos transportes em geral - com importantes consequências nas questões económicas -, permaneceu praticamente até aos nossos dias, sendo por nós ainda vivenciado, *in extremis* é certo.

Permaneceu em Portugal para além do incremento do *fontismo* na rede viária e ferroviária e consequente construção de muitas pontes, sendo que algumas dessas barcas de passagem terão até sido criadas para fazer a ligação às estações ferroviárias que foram nascendo ao longo do Douro, do Corgo e do Tua⁴⁰.

Várias subsistiram até ao final do regime ditatorial - e algumas sobreviveram-lhe mesmo como se viu -, principalmente nos rios secundários, como a de Cilhades e Santo Antão da Barca, no rio Sabor, e outras no Cão, como a de Santa Comba (VNFC) no sítio da Cardina/Curral Velho, a caminho de Algodres (Figueira de Castelo Rodrigo) (TRABULO 2006), todas elas ainda em funcionamento nos anos sessenta do século XX.



Barca nas Pariaças, Rio Douro
(Estação Ferroviária de Almendra – Uros)
(Fonseca ...)



Barca de Cilhades no Rio Sabor
(Felgar, Torre de Moncorvo)
(Seixas 1956)



Travessia da Estação Ferroviária de Freixo/Mós
– Louisa, no Rio Douro
(Abreu 1992)

⁴⁰ Recordámos por exemplo o barco (de pesca tradicional) que ainda em 1975 atravessava os passageiros da estação de Cotas (Aljô) para as Quintas durenenses da margem esquerda (S. José, Koriz, etc.).